



DOSSIÊ TEMÁTICO:

A ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA MIGRATÓRIO MUNDIAL

Artigo



**CRESCIMENTO URBANO EM MOÇAMBIQUE: UM OLHAR
SOBRE POPULAÇÃO E MIGRAÇÕES.
O CASO DE MAPUTO E TERRITÓRIOS ADJACENTES**

***URBAN GROWTH IN MOZAMBIQUE: A VIEW ON POPULATION AND
MIGRATIONS. THE CASE OF MAPUTO AND ADJACENT TERRITORIES***

***CRECIMIENTO URBANO EN MOZAMBIQUE: UNA MIRADA A LA
POBLACIÓN Y LAS MIGRACIONES. EL CASO DE MAPUTO Y TERRITORIOS
ADYACENTES***

Por Carlos T. G. Trindade

Carlos T. G. Trindade.
Professor na Faculdade de Arquitectura e
Planeamento Físico da Universidade Eduardo
Mondlane, Maputo, Moçambique.
ORCID: 0000-0002-8627-5800
Contato: carlos.trindade@uem.ac.mz

Como citar:
TRINDADE, C.T.G. Crescimento urbano
em Moçambique: um olhar sobre população
e migrações. O caso de Maputo e territórios
adjacentes. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 10,
p. 32-77, abr.-jun., 2024.

Recebido: 27/07/2024
Aceite: 04/08/2024



RESUMO. A **problemática** do crescimento urbano em Moçambique indica como principais causas o crescimento populacional e as migrações decorrentes da procura de melhores condições de vida, guerras, desastres naturais e grandes projetos. Com o **objetivo** de analisar a manifestação destes fenómenos no território estudado, este trabalho partiu de duas **questões**: Que reativismo resta à cidade de Maputo para se antecipar a problemas agravados de resiliência? Como os territórios adjacentes podem ser proactivos, para se anteciparem à informalidade? A **metodologia** demandou pesquisa pura, com objetivos amplos de carácter exploratório e descritivo. A abordagem do problema seguiu procedimentos analíticos (análise qualitativa e quantitativa) e técnicos (bibliográfico, documental e estudo de caso). Também se destaca o método observacional, focado nos efeitos destes fenómenos. Os **resultados** indicam que a cidade de Maputo em 2017 tinha menos habitantes que em 2007, e que três distritos municipais perderam população, enquanto os outros quatro ganharam. Ao contrário, aumentou na cidade da Matola e nos distritos de Boane, Marracuene e Matutuine, e na província de Maputo em geral. Também há indicações que em 2017 a província e a cidade de Maputo continuaram a destacar-se com volumes elevados de imigrantes acumulados e como áreas de retenção migratória. As **conclusões** sugerem uma ação reativa da cidade de Maputo para se antecipar aos problemas agravados de resiliência visto a generalizada informalidade, e que os territórios adjacentes devem agir de forma proactiva para se anteciparem à essa informalidade e melhor se prepararem para a resiliência.

Palavras-chave: Crescimento urbano. Migrações. População. Resiliência. Sustentabilidade.

ABSTRACT. The **problem** of urban growth in Mozambique indicates that the main causes are population growth and migrations resulting from the search for better living conditions, wars, natural disasters and large projects. With the **aim** of analyzing the manifestation of these phenomena in the studied territory, this work started from two **questions**: What reactivism is left for Maputo city to anticipate the worsening problems of resilience? How can adjacent territories be proactive, to anticipate informality? The **methodology** required pure research, with broad objectives of exploratory and descriptive nature. The approach to the problem followed analytical procedures (qualitative analysis and quantitative) and technical procedures (bibliographical, documentary and case study). The observational method also stands out, focused on the effects of phenomena. The **results** indicates that the city of Maputo in 2017 had fewer inhabitants than in 2007, and that three municipal districts lost population, while the other four gained. On the contrary, increased in the city of Matola and in the districts of Boane, Marracuene and Matutuine, and in the province of Maputo in general. There are also indications that in 2017 the province and city of Maputo continued to stand out with high volumes of accumulated immigrants and as migration retention areas. The **conclusions** suggest a reactive action by the city of Maputo to anticipate the worsening problems of resilience given the widespread informality, and that the adjacent territories must act proactively to anticipate this informality and better prepare for resilience.

Keywords: Urban growth. Migrations. Population. Resilience. Sustainability.

RESUMEN. El **problema** del crecimiento urbano en Mozambique indica que las principales causas son el crecimiento demográfico y la migración resultante de la búsqueda de mejores condiciones de vida, guerras, desastres naturales y grandes proyectos. Con el **objetivo** de analizar la manifestación de estos fenómenos en el territorio estudiado, este trabajo partió de dos **preguntas**: ¿Qué reactivismo queda a la ciudad de Maputo para anticipar los crecientes problemas de resiliencia? ¿Cómo pueden los territorios adyacentes ser proactivos, para anticipar la informalidad? La **metodología** requería fundamentos de investigación pura, con objetivos amplos de naturaleza exploratoria y descriptiva. El abordaje del problema siguió procedimientos analíticos (análisis cualitativo y cuantitativo) y técnicos (bibliográfico, documental y estudio de caso). Destaca también el método observacional, enfocado a los efectos de los fenómenos. Los **resultados** muestran que la ciudad de Maputo en 2017 tenía menos habitantes que en 2007, y que tres distritos municipales perdieron población, mientras que los otros cuatro ganaron. Por el contrario, la ciudad de Matola y los distritos de Boane, Marracuene y Matutuine, y la provincia de Maputo en general, aumentaron su población. También hay indicios que en 2017 la provincia y la ciudad de Maputo continuaron destacándose por sus altos volúmenes de inmigrantes acumulados y como “áreas de retención de migraciones”. Las **conclusiones** sugieren una acción reactiva por parte de la ciudad de Maputo para anticipar el empeoramiento de los problemas de resiliencia dada la informalidad generalizada, y que los territorios adyacentes deben actuar de manera proactiva para anticipar esta informalidad y prepararse mejor para la resiliencia.

Palabras-clave: Crecimiento urbano. Migraciones. Población. Resiliencia. Sostenibilidad.

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Introdução

Nas dinâmicas migratórias em África desde o séc. XIX, identificam-se os movimentos “intra-Africano, trans-Oceano Índico, trans-Mediterrânico e trans-Atlântico”, e nesse período Moçambique funcionou como importante reserva de mão-de-obra na região para a indústria mineira sul-africana, as plantações da *Rodésia* ou do centro de Moçambique, a construção, no período colonial, de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias (ZELEZA 2008; ÉVORA, 2017; FEIJÓ, 2017a). Para Hansine e Arnaldo (2019), o crescimento populacional em Moçambique “resulta da dinâmica de três factores, nomeadamente a natalidade, a mortalidade e a migração”, sendo a maior percentagem devido ao crescimento natural, isto é “diferença entre natalidade e mortalidade”, e a menor à migração. Para estes autores (op. cit, p. 9), em Moçambique o “crescimento urbano é essencialmente demográfico”. Segundo Feijó (2017a), o crescimento demográfico só conferiu um carácter exponencial às dinâmicas migratórias. Francisco (2017, p. 18) afirma que a “transição demográfica” em Moçambique está em curso a nível nacional, principalmente porque a transição da mortalidade é uma realidade, com início nas primeiras décadas do século XX, mas com evidências fiáveis a partir de 1950 (ARNALDO, 2007, ARNALDO e MUANAMOHA, 2011 e CARDOSO, 2007 todos *apud* FRANCISCO, 2017).

O foco deste trabalho: os censos de 1980, 1997, 2007 e 2017

Neste trabalho, foi escolhido o período entre 1975 (independência de Moçambique) e 2017 (ano do último censo da população e habitação, o IVRGPH), e foram analisados os dados dos censos de 1980, 1997, 2007 e 2017, da cidade de Maputo, cidade da Matola e os distritos de Boane, Marracuene e Matutuine. No período pós independência, as principais constatações dão conta que as principais causas do fenómeno foram, ou são, as seguintes: (i) As deslocações nos primeiros anos da independência (1975), das pessoas que abandonavam o campo e as áreas rurais à procura de “melhores condições de vida” nas cidades (FORJAZ, 2017, p. 5); A nacionalização da terra (1975) e dos prédios de rendimento (1976) (SAEVFORS, 1986, pp. 10,17,26; TRINDADE *et al.*, 2006a; 2006b); (ii) O conflito armado durante os “16 anos” de 1976 a 1992 (ASFC, 2019; FEIJÓ, 2017a; 2017b; 2018; FARRÉ, 2017; ARAÚJO, 2005; MUANAMOHA e RAIMUNDO, 2018b; MUANAMOHA, 2002 *apud*

CMM-PEUMM, 2008a); (iii) A crise económica da década de 1980 (FEIJÓ, 2017b); (iv) As hostilidades militares dos períodos 2012-2014 e 2014-2016 no centro do país, mais especificamente em Sofala (RAIMUNDO, 2020; ASFC, 2019); (v) A insurgência armada no norte do país iniciada em Outubro de 2017, mais especificamente em Cabo Delgado, que provocou milhares de “deslocados de guerra internos” (FORQUILHA e PEREIRA, 2022); (vi) Os reassentamentos por causa dos grandes projetos (RAPOSO, 2017), também designado “reassentamento involuntário” (definição segundo o Banco BID, 1999 *apud* RAPOSO, 2017); (vi) Os reassentamentos por desastres naturais (MATE *et al.*, 2008; FEIJÓ, 2017b), para reassentar os “refugiados ambientais” (BLACK, 2001); (vii) A “migração generalizada das zonas rurais para as cidades (FORJAZ, 2017).

Objetivos, Motivação e Antecedentes

Este trabalho tem o **objetivo principal** de analisar as migrações e o crescimento populacional, e sua manifestação no território estudado caracterizada pelo crescimento urbano, procurando assim responder à uma preocupação emanada das discussões sobre “Governança e gestão do território” no FUN2022, no sentido de se incrementar “informação adequada sobre as dinâmicas demográficas, migratórias e sobre a expansão urbana” (MAEFP e UN-HABITAT, 2022b, pp. 10-11; UN-HABITAT, 2023). Daí, como **objetivo específico**, pretende-se disponibilizar, em particular sobre a cidade de Maputo e territórios adjacentes, mais “informação sobre a dimensão e distribuição espacial da população, para que os gestores urbanos possam adoptar abordagens mais estratégicas, inovadoras e sustentáveis” (MAEFP e UN-HABITAT, 2022b, pp. 10-11). Pretende-se assim contribuir para as reflexões no país sobre o rápido crescimento das áreas urbanas, onde se pode destacar os principais acontecimentos que motivaram este trabalho, nomeadamente:

(1) O “Experts Group Meeting (EGM)” organizado por ONU-Habitat de 16 a 18 de setembro 2013 conjuntamente com a Câmara Municipal de Barcelona - Espanha (UN-HABITAT e AJUNTAMENT BARCELONA, 2013; 2013a, p. 6; 2013b; TRINDADE, 2013); (2) O 1o Fórum Urbano Nacional (FUN2016) realizado em Maputo em 2016, com o lema “Consolidando a Agenda Urbana de Moçambique” (NAU/NUA) (MAEFP, 2016, p. 6; TRINDADE, 2016a; TRINDADE, 2016b in Jornal “O País”; UN-HABITAT, 2014b; ver mais sobre a NAU/NUA em UN-H III, 2017); (3) O PIMI

(Programa de Investigação Multissetorial Integrada) implementado pela FAPF com a colaboração de parceiros internacionais (FAPF, 2016; 2018; TRINDADE *et al.*, 2022; MONTEDORO *et al.*, 2020; 2022); (4) O 2o Fórum Urbano Nacional (FUN2022) realizado em Maputo entre 31 março e 01 abril de 2022 (MAEFP e UN-HABITAT, 2022a; 2022b; TRINDADE, 2022); (5) A elaboração da Política de Urbanização (PU), desencadeada a partir do FUN2022, aprovada e publicada em 2024 (MAEFP e UN-HABITAT, 2022a; 2022b; 2022c; UN-HABITAT, 2023; MAEFP e PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2022; MAEFP, 2023; BR-PU-Resolução 31/2024); (6) Os *workshops*, em 2023 para reflexão sobre a classificação do ‘urbano’ e do ‘rural’ em Moçambique e em 2024 para discutir a metodologia DEGURBA (‘Degree of Urbanization’ - cf. E.U. *et al.*, 2021) (MAEFP e UN-HABITAT *et al.*, 2023; 2024).

PROBLEMATIZAÇÃO

36

A definição do problema: o quê se constata nas cidades moçambicanas?

O que se observa nas cidades moçambicanas é um rápido crescimento urbano, uma urbanização que acontece de forma rápida e horizontal, decorrente do crescimento populacional e dos fluxos migratórios. Verifica-se um crescimento não planificado e desmedido, predominantemente de baixa densidade. (TRINDADE *et al.*, 2022). Algumas destas constatações foram levadas ao FUN2022 (TRINDADE, 2022), e dentre vários aspectos abordados, algumas conclusões foram apresentadas neste Fórum Urbano, nomeadamente: (i) que se continua a “ocupar e consumir vastas áreas urbanas com baixa densidade”; (ii) que “a densidade habitacional declina com a distância ao Centro, uma vez que a área dos talhões aumenta com essa distância, e torna a prestação de serviços básicos mais difícil e cara” (World Bank, 2017, p. 21; TRINDADE, 2022); (iii) “essas áreas ficam para além dos limites da rede de infraestrutura urbana e da provisão de serviços” (*op. cit.*, p. 22); (iv) “faz aumentar a despesa com transporte e mais tempo de viagem para os Centros de serviços e emprego” (*op. cit.*, p. 23); (v) que ao se discutir o tamanho do talhão se deve também discutir os elevados custos da urbanização associados a modelos onde predomina a baixa densidade; (vi) que a provisão de habitação, principalmente de carácter multifamiliar, deve ser discutida; (vii) que é necessário construir edifícios multifamiliares, evitando assim que vários loteamentos continuem desprovidos de infraestruturas e longe de serviços básicos.



A formulação do problema: quem aborda o problema e porquê?

Francisco (2017, p. 26), se se confirmarem as projecções da ONU de 2015 a população mundial em 2024 irá atingir **8 mil milhões** (FRANCISCO, 2012a, 2010a, MADDISON¹, 2008 e UN, 2015a todos *apud* FRANCISCO, 2017; cf. também UN, 2015a). No entanto, é na **África Subsaariana** (Sub-Saharan Africa) onde se poderá verificar mais da metade do crescimento da população mundial entre 2019 e 2050, e a população da região deve continuar crescendo até o final do século (UN, 2019a; UN, 2019b). Em 2017 o INE indicou que a população urbana em Moçambique era calculada em cerca de **33.4 %** (INE, 2019a) de um total de 27.909.798 habitantes (INE, 2019b), um incremento de cerca **7,3 milhões** em 10 anos, considerando **20.632.434** em 2007 (INE, 2019a). Outros dados consideram que em 2017, a população urbana era de cerca **32.6 %** (INE e UNFPA, 2023), o que significava perto de **9,1 milhões** de pessoas. Portanto, pode-se constatar que a população urbana quase duplicou em 20 anos, de cerca de **4,7 milhões** em 1997 (**29 %** de **16.099.246**) para cerca de **9,1 milhões** em 2017. Por sua vez, Francisco (2017 citando a ONU, 2015), afirma que se forem concretizadas as projecções demográficas da ONU para o séc. XXI, a população moçambicana aumentará de **3,8 milhões** (em 1891) para cerca de **120 milhões** em 2091, um aumento populacional de quase 32 vezes, em apenas dois séculos - cf. UN (2015b) que dá conta de um total de **117.539 milhões** pessoas no ano 2090 (28.667 dos 0-15 anos, 75.786 dos 15-64 e 13.086 dos 64 em diante) e de um total de **127.648 milhões** pessoas no ano 2100 (28.743 dos 0-15 anos, 81.890 dos 15-64 e 17.015 dos 64 em diante).

Dentre outros fatores, em Moçambique esta migração campo-cidade está fortemente associada, por um lado as deslocações forçadas, nomeadamente conflitos militares (FEIJÓ, 2017a; 2018), os reassentamentos na sequência dos grandes projetos de investimento (RAPOSO, 2017) e os reassentamentos por desastres naturais (MATE *et al.*, 2008) - estes últimos, também chamados “refugiados ambientais” (BLACK, 2001; KIBREAB, 1996, MCGREGOR, 1993, TICKELL e JACOBSEN, 1988 todos *apud* MATE *et al.*, 2008). Por outro lado, conforme Forjaz (2017, p. 6), a migração está associada à “insuficiente atenção que se dá ao rural” que se traduz em “assimetrias das

¹ Angus Madison (1926-2010), foi um “estudioso da história macroeconómica quantitativa, incluindo a medição e análise do crescimento e desenvolvimento económico (UNIVERSITY OF GRONINGEN, 2021). Acesso em 05 nov. 2023.



condições de vida entre a cidade e o campo”. Fica assim claro que estes processos migratórios são uma resposta as assimetrias geográficas e manifestam-se como um mecanismo de sobrevivência e de reprodução social (FEIJÓ, 2017a), e fica também claro que o rápido crescimento populacional das cidades resulta da ausência de uma estratégia integrada e efetiva para desenvolver o rural (FORJAZ, 2017). Agy e Ibraimo (2017) consideram que de um modo geral a migração da população do meio rural para as cidades tem origem principalmente nas assimetrias sócio-económicas, procurando nas cidades e centros urbanos melhores condições de vida. Mosca (2012 *apud* AGY e IBRAIMO, 2017), considera que os inúmeros constrangimentos ao longo das últimas décadas para prática da actividade agrícola, justificam a reduzida importância da agricultura na economia, bem como assim como para o desenvolvimento do meio rural. Castel-Branco (2010 *apud* AGY e IBRAIMO, 2017) considera que os baixos níveis de produtividade dos pequenos produtores está associado a reduzida cobertura de infraestruturas de transporte e comunicação, energia, água ou assistência técnica, levando a população à migração para outros locais a procura de trabalho. As mudanças climáticas e seus efeitos (cheias e secas), é um factor que causa elevados índices de incerteza - incerteza que origina também um desinteresse das instituições bancárias pelo investimento no sector (MUCAVELE, 2012, *apud* AGY e IBRAIMO, 2017). A desindustrialização após a independência e a fracassada aposta na mecanização acelerada da produção agrícola, aceleraram o processo de urbanização (WUYTS, 1981 *apud* FARRÉ, 2017).

A argumentação do problema: quem aborda como, onde e quando se manifesta o problema?

Para Mosca (2018, p. 5) “o crescimento da população urbana em Moçambique acontece num cenário de desindustrialização e de falta de emprego”. Segundo Carrilho (2017) a maioria dos habitantes que migram anualmente do campo para as cidades a procura de emprego e melhores condições de vida, “acaba nas cinturas ou núcleos informais das cidades planeadas pré-existentes”, principalmente nos “países em desenvolvimento”, áreas essas “geralmente localizadas nas periferias urbanas”. A maior parte destas pessoas se instala de forma precária, “saturando infraestruturas urbanas, já de si obsoletas ou carentes de manutenção” (FEIJÓ, 2017a, p. 12). Um exemplo, é uma

pesquisa levada a cabo em 2016 nas cidades de Maputo, Tete, Quelimane, Nacala-Porto e Pemba (MUANAMOHA e RAIMUNDO, 2018a), cujos resultados dão conta que naquele ano, nas cidades referidas, a proporção de migrantes “vendedores” era de 30,7% e a segunda ocupação principal mais referida pelos migrantes na cidade de chegada era a de atividades não qualificadas (agricultura, pesca, indústria extrativa) com 18% dos inquiridos (*op. cit.*).

No caso de Maputo em particular, Feijó (2017b) considera que “o crescimento populacional acelerado e a expansão urbana não foram acompanhados por fenómenos de desenvolvimento urbano ou pelo aumento da capacidade financeira e técnica da gestão pública municipal, conduzindo à saturação e degradação de equipamentos e infraestruturas urbanas ou dos serviços sociais e aumentando as dificuldades de transporte e de mobilidade das populações”. Feijó (2017c, p. 150) salienta ainda que em Maputo “predomina o desemprego e a informalidade das atividades económicas” e chama à atenção para a saturação de “serviços urbanos, particularmente unidades habitacionais, escolas e unidades de saúde ou na insuficiência dos serviços de transporte público”. Para Feijó (2017b), a crise económica da década de 1980, e ainda os efeitos das calamidades naturais e o conflito armado, determinaram que entre 1980-1991 a população de Maputo crescesse de **537.394** para **871.776**, com efeitos na “multiplicação dos assentamentos precários” e carentes no acesso aos diversos serviços. Uma das conclusões de Feijó (*op. cit.*, p. 125), num “exame detalhado das condições socioeconómicas” da capital e numa análise de 25 anos (1990-2014), foi que, com o exemplo de 2004, cerca **39,9%** dos habitantes de Maputo com mais de sete anos de idade, naquele ano, eram desempregados (*op. cit.*).

Para Stacciarini *et al.* (2022, p. 10), na cidade de Maputo, uma boa parte da população “continua alheia às melhorias e segregada”, onde as “residências modernas edificadas com materiais importados contrastam com a ausência de uma política habitacional e de planeamento urbano de interesse social e comunitário”. Para Araújo (2005, p. 1179), a expansão urbana da cidade de Maputo acontece “sem áreas verdes e com poucas áreas de lazer”; e “a construção de infraestruturas viárias e de saneamento transforma-se sempre num problema para a edibilidade, pois implicaria o derrube de muitas casas e a deslocação de população para outras áreas”. Stacciarini *et al.* (2022, p. 11), dão o exemplo da cidade de Maputo onde “‘mercados lineares’ a céu aberto, acolhendo um verdadeiro ‘empreendedorismo informal’, surge como tentativa de fuga



da miséria generalizada que pressiona grande parte da população”. Para Araújo (2005, p. 1177), “apesar das grandes transformações socio-económicas observadas na cidade de Maputo após a independência do país e de os residentes do ‘cimento’ terem mudado radicalmente, (...), os contrastes entre a área urbana (o “cimento”) e a suburbana mantiveram-se e, em muitas situações, agudizaram-se”.

O problema principal: a declaração do problema e as questões da pesquisa

A partir das evidências atrás relatadas, pode-se resumir que, as principais causas das migrações para as áreas urbanas em Moçambique são: a migração generalizada à procura de melhores condições de vida nas cidades, as guerras (conflitos armados e militares), os desastres naturais e os grandes projetos. Daí, este trabalho ao interrelacionar os fenómenos migrações-crescimento urbano com o ordenamento do território, pretende responder à seguintes questões: (1) Para as cidades que não conseguiram se antecipar à informalidade, que reactivismo lhes resta para se antecipar aos problemas agravados de resiliência? (2) Como as cidades podem ser proactivas, para se anteciparem à informalidade e melhor se prepararem para a resiliência?

METODOLOGIA

Para entender os fenómenos no território estudado, se procurou “desvendar a realidade dos factos”, bem como “as relações com outros factos” (GALLIANO, 1979, pp. 28,30 *apud* ZANELLA, 2013 pp. 15-16). Pretendia-se assim um melhor entendimento sobre como a sociedade se “reforma” em seu próprio benefício (*ibidem*), e buscar respostas para os problemas da sociedade urbana e do território em que ela vive (KÖCHE, 1997 *apud* ZANELLA, 2013) - um pressuposto “funcionalista”, onde se procurou entender como essa sociedade urbana se comporta como “um organismo, cujas partes funcionam para atender às necessidades do conjunto” (SEVERINO, 2014, p. 97 citando o “funcionalismo” de H. Spencer e D. E. Durkheim, posteriormente consolidado por B. K. Malinowski). Para “determinar o rumo do trabalho de pesquisa” (BLOISE, 2020, p. 119), seguiu-se um “conjunto de procedimentos” (GIL, 2008 *apud op. cit.*, p. 118), tendo em vista a “construção do conhecimento” que se pretendia (SEVERINO, 2007 *apud* BLOISE p. 118). Assim, o trabalho se suportou em fundamentos da **pesquisa pura** (GIL, 2008 pp. 26-27), pois essa era a finalidade, cujo objetivo geral é “contribuir com conhecimentos para o desenvolvimento da ciência sem ter em vista uma



aplicação prática” (GIL, 2008, p. 26; EVEN3 s.d.; ASSIS, 2009, p. 17). Pretendia-se atingir dois “**objetivos amplos**”: O primeiro, de “**carácter exploratório**”, onde foi importante um “**levantamento bibliográfico e documental**” (SELLTIZ *et al.*, 1967 *apud* GIL, 2008, p. 27); O segundo, de “**carácter descritivo**” (*op. cit.*, p. 28; EVEN3 s.d.).

Um dos “**procedimentos analíticos**” foi a “**análise qualitativa**” (SAMPIERI *et al.*, 2013; GIL, 2008; EVEN3 s.d.). Para esta análise qualitativa, foi importante o de “**técnicas não interativas**”, como é o caso da “**análise documental**” (BORGES *et al.*, 2015). Outro “**procedimento analítico**” foi a “**análise quantitativa**” (GIL, 2008, p. 175; EVEN3 s.d.). Esta abordagem quantitativa tinha o objetivo de “**trabalhar com dados estatísticos**” (BLOISE, 2020 pp. 120-121) e analisar a “**realidade objetiva**” (SAMPIERI *et al.*, 2013). Portanto, foi uma “**análise mista**”, fazendo uso tanto de elementos quantitativos como qualitativos, uma abordagem também denominada “**pesquisa combinada**” (BLOISE, 2020, p. 121). Um dos “**procedimentos técnicos**” foi o “**procedimento bibliográfico**”, através da consulta de livros, artigos, publicações editadas, resultados de censos, estudos etc. (EVEN3 s.d.; GIL, 2008, pp. 49,50; BLOISE, 2020). Outro “**procedimento técnico**” usado foi o “**procedimento documental**” (EVEN3 s.d.; GIL, 2008, p. 51), pois foram consultados seja documentos “**sem qualquer tratamento analítico**” como “**documentos já analisados**”. Outro “**procedimento técnico**” a mencionar é o “**estudo de caso**”, apresentado nos capítulos que abordam a cidade capital Maputo e os territórios adjacentes da província de Maputo. Este foi o caminho para melhor estudar esse território e melhor se entender “**os fenómenos e o contexto**” (YIN, 2005, p. 32 *apud* GIL, 2008 p. 58), apesar de demandar muito tempo (YIN, 1981, *apud* GIL, 2008). Também se destaca o “**método observacional**” (GIL, 2008, p. 15), focado na observação seja da manifestação dos fenómenos seja dos efeitos após os fenómenos (*op. cit.*, p. 16). Tal “**observação**” decorreu particularmente durante o desenvolvimento do programa PIMI (TRINDADE *et al.*, 2022; MONTEDORO *et al.*, 2020; 2022), onde se constatou, dentre outros, a eliminação de áreas com potencial agrícola, com forte impacto seja na produtividade seja no ecossistema da região e equilíbrio ambiental (ALEXANDER *et al.*, 2013), pois ocupam-se de áreas sensíveis e propensas a desastres naturais (AZARATE; TRINDADE, 2024; TRINDADE *et al.*, 2022), e a demarcação de talhões e loteamentos



substituindo prática de elaboração e implementação de instrumentos de ordenamento do território (idem).

AS TENDÊNCIAS NO CRESCIMENTO POPULACIONAL E URBANO

Sobre as migrações em Moçambique após 1975

O fenómeno migratório a partir da década de 80 é evidenciado por Muanamoha e Raimundo (2018b) que lembram que, no caso de Moçambique em geral, observaram-se “permanentes deslocamentos em decorrência da instabilidade política registada até 5 anos antes do segundo censo demográfico, o de 1997” - portanto, até 1992 - e dos “fenómenos subsequentes que caracterizaram a história política, económica e ambiental de Moçambique, até 2007”. Nestes últimos, os autores destacam “o discurso das descobertas de recursos minerais” bem como “os investimentos decorrentes da valorização destes recursos” como factores que influenciaram a geografia do país no que diz respeito aos “assentamentos populacionais e ao “sentido das migrações” (RAIMUNDO e RAIMUNDO, 2017 *apud* MUANAMOHA e RAIMUNDO, 2018b, p. 35). Para Araújo (2005, p. 1177-78), a “guerra civil que devastou o país” mandou para as cidades “milhares de famílias que nelas procuravam refúgio” e, no caso da cidade de Maputo, “a percepção dos residentes na cidade é a de que ela fervilha de gente e está superlotada”. Para Araújo (2005, p. 1180), “mesmo depois de terminar a guerra civil, o fluxo de imigrantes vindos do campo continuou, mas em muito menor escala”.

População e crescimento urbano em Moçambique de 1980 a 2017

O IV Censo de 2017 deu conta que a população urbana em Moçambique era calculada em cerca de **33.4 %** (INE, 2019a) de um total de **27.909.798** habitantes (INE, 2019b) - Portanto, o incremento da população total em Moçambique foi de cerca **7,3 milhões em 10 anos** entre 2007-2017, considerando **20.632.434** habitantes em 2007 (INE, 2019a). Outros dados consideram que em 2017, a população urbana em Moçambique era de cerca de **32.6 %** (INE e UNFPA, 2023), o que significava perto de **9,1 milhões** de pessoas em áreas urbanas. Portanto, pode-se constatar que a população urbana quase duplicou em 20 anos, de cerca de **4,7 milhões em 1997 (29 % de 16,099,246)** para cerca de **9,1 milhões em 2017**. Em 1980, o “1o Recenseamento Geral da População” realizado a 1 de agosto daquele ano e liderado pela “Conselho



Coordenador do Recenseamento” deu conta de uma população recenseada de 11.673.725 ajustada para **12.130.000** habitantes (ANTUNES, 1985).

A influência das correntes migratórias no crescimento urbano e nas condições socioeconómicas da capital Maputo

Maputo, quando Lourenço Marques, por causa das correntes migratórias associadas à construção do porto marítimo e da linha férrea para o escoamento e abastecimento das minas da África do Sul, a sua população cresceu, em 10 anos, de **178.565** em 1960 para **378.348** em 1970 (LOPES *et al.*, 2007 e INE todos *apud* FEIJÓ, 2017b) - segundo Feijó, os dados da população sintetizados por Lopes *et al.* (*idem*) também indicam **537.394** habitantes em 1980, **871.776** em 1991 e **966.837** em 1997, e os dados do INE indicam **1.099.000** em 2007 e **1.209.993** em 2013. Esta tendência de aumento populacional manteve-se ao longo da década de 1970 por causa das migrações para a cidade decorrentes da reação do regime sul-africano ao apoio prestado por Moçambique ao ANC, reduzindo em 1975 o recrutamento anual de mineiros moçambicanos de cerca de 100.000 para 30.000 (BRITO, 2011 *apud* FEIJÓ, 2017b). A dependência da agricultura familiar e porque também o sistema de comercialização agrícola estava em crise, fez com que a população da cidade aumentasse de **378.348** para **537.394** habitantes entre 1970-1980, a uma taxa de crescimento anual médio de 3,6% (FEIJÓ, 2017b). Durante a década de 80, período de intenso conflito armado, a migração teve um grande peso no crescimento da população da cidade de Maputo, tendência essa que diminuiu particularmente a partir dos princípios da década de 90 (CMM-PEUMM, 2008a). Até essa altura, quase todos os bairros da cidade de Maputo receberam migrantes rurais (MUANAMOHA, 2002 e ARAÚJO, 2005 todos *apud* CMM-PEUMM, 2008a, p. 99), com maior incidência nos mais “centrais” ou da comumente chamada “zona de cimento” (CMM-PEUMM, 2008a, p. 99).

Após a independência (1975) e até 1980, vários acontecimentos marcaram a gestão das cidades em Moçambique, tais como: (i) Em 1975 a nacionalização da terra e em 1976 dos prédios de rendimento (SAEVFORS, 1986; TRINDADE *et al.*, 2006a; 2006b); (ii) O III Congresso da FRELIMO em 1977 cujas “directivas económicas e sociais” preconizavam aspectos cruciais sobre as gestão dos assentamentos (TRINDADE *et al.*, 2006a, p. 9; 2006b, pp. 10-11); (iii) A 1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comuns em 1979, como seguimento às directivas do III Congresso



(TRINDADE *et al.*, 2006a; 2006b); e (iv) A conversão da Direcção Nacional de Habitação (DNH) no Instituto Nacional de Planificação Física (INPF) em 1983 (RAPOSO, 2007 e ROSÁRIO, 1999 todos *apud* MELO, 2013). Resultante dos acontecimentos atrás mencionados, várias acções foram levadas a cabo, a destacar: (i) O projecto de requalificação do bairro Maxaquene entre 1977 e 1978, iniciativa da Direcção Nacional de Habitação (DNH) do então MOPH² e financiamento das Nações Unidas (SAEVFOR, 1986; RAPOSO, 2007 *apud* MELO, 2013); (ii) A dotação em algumas áreas semi-urbanizadas de infraestruturas de abastecimento de água, energia eléctrica, saneamento e drenagem de águas pluviais (OPPENHEIMER e RAPOSO, 2002 *apud* MELO, 2013); (iii) O fornecimento de habitações pelo estado entre 1977-1985 (MELO, 2013); A disponibilização de talhões para autoconstrução em Maputo e Matola entre 1975-1985 (PROL, 1992 e 1999 *apud* OPPENHEIMER e RAPOSO, 2002 todos *apud ibidem*).

Assim, os acontecimentos e as medidas estruturais atrás mencionadas, e as acções de seguimento, são factores que também “contribuíram para a crescente atracção da população aos centros urbanos” (OPPENHEIMER e RAPOSO, 2002 *apud* MELO, 2013, p. 79). A crise económica da década de 1980, com efeitos negativos no campo, associada aos efeitos das calamidades naturais e ao conflito armado, enquadraram-se nas causas para que os refugiados procurassem segurança em Maputo, o que determinou o crescimento populacional de **537.394** para **871.776** entre 1980-1991 e determinou também a multiplicação dos assentamentos precários e a limitação no acesso aos diversos serviços, particularmente a saúde e educação (FEIJÓ, 2017b). O fim do conflito armado na década de 1990 (4 de outubro de 1992) foi determinante para a desaceleração da taxa de crescimento demográfico na cidade de Maputo e por isso a sua população cresceu entre 1991-1997 de **871.776** para **966.837** habitantes (FEIJÓ, 2017b). Estes fluxos migratórios levaram Feijó (2017b, p. 125) a realizar um “exame detalhado das condições socioeconómicas” da capital, onde ele procurava também “compreender o desequilíbrio da distribuição socioespacial destes recursos”, bem como “analisar a dimensão das desigualdades no seio da própria cidade de Maputo”. Numa análise de 25 anos (1990-2014), o autor concluiu, mais especificamente no caso do

² De 1974 até 1980 era MOPH - Ministério das Obras Públicas e Habitação; Entre 1980-1994 era MCA - Ministério da Construção e Águas; Entre 1994-2015 era MOPH novamente; A partir de 2015 é MOPHRH - Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos.



desemprego, que a realidade é que a cidade se destacava pela elevada concentração de desemprego, com o exemplo de 2004, quando **39,9%** dos habitantes da cidade com mais de sete anos de idade eram desempregados (FEIJÓ, 2017b).

AS DINÂMICAS POPULACIONAIS E MIGRATÓRIAS NA CAPITAL MAPUTO E TERRITÓRIOS ADJACENTES 1980-2017

Breve caracterização da área de estudo e objetivos do capítulo

O plano de estrutura do município de Maputo 2008 referia que a cidade de Maputo tinha cerca de **308 Km²**, sendo o centro do Município com cerca de 167 Km², Catembe com 94 Km² e Inhaca com 47 Km² (CMM-PEUMM, 2008a). A **cidade da Matola** entre 1980-1987 fazia parte da **cidade de Maputo** constituindo o **Grande Maputo** e foi desanexada da cidade de Maputo em 1987 (CMM-PEUMM, 2008a). Outros dados indicam que a cidade da Matola fez parte da cidade de Maputo entre 1980-1988 constituindo o **Grande Maputo** com uma superfície de cerca **633 Km²** (MIQUIDADE, 2018). O plano de estrutura do Município da Matola de 2008 indicava que a cidade da Matola ocupava **368,4 Km²** (CMCM-PEUCM, 2010). Diversas vezes consideram que as cidades de Maputo e Matola representam, na realidade, uma mesma área urbana, que pode ser designada por ‘área urbana de Maputo’ ou, porque não, por ‘área metropolitana de Maputo’ (ARAÚJO s.d., p. 2). Alguns estudos fazem uma leitura da “Área Metropolitana de Maputo” como sendo um território “que engloba os municípios de Maputo, Matola, Boane e Marracuene” (MELO e JENKINS, 2019, p. 4 *apud* JORGE e TIQUE, 2020, p. 210). Para INE e UNFPA (2023, p. 9), “a metrópole de Maputo, constituída pelos municípios de Maputo, Matola e Boane e vila de Marracuene apresenta-se como uma aglomeração urbana conurbada, ocupando a posição de metrópole primaz e não podendo ser compreendida, dentro da rede urbana, de uma forma separada”. O que certo, é que estas inter-relações já ultrapassam os territórios de Maputo e Matola. Por isso, este capítulo tem como objetivo principal sistematizar várias fontes de dados populacionais, maioritariamente do INE, da cidade de Maputo, da província de Maputo, da cidade da Matola e dos distritos de Boane, Marracuene e Matutuine. Para tal foram analisados os dados dos censos de 1980, 1997, 2007 e 2017.



O censo de 1980

Em 1980 (**Figura 1**) a **cidade de Maputo** possuía cerca de **539.737** habitantes (INE, 1999c-1, referindo que “de 1980 a 1997, a população de Maputo Cidade incrementou em 427,1 mil habitantes”). A **província de Maputo** tinha cerca de **700.179** (INE, 1999d-1, referindo que “de 1980 a 1997, a população da província de Maputo incrementou em **106,0 mil**). Outros dados indicam que em 1980 o “1o Recenseamento Geral da População” (I RGP) liderado pela “Conselho Coordenador do Recenseamento” deu conta que o **Grande Maputo** tinha **755,300** e a **província de Maputo** **491,800** (ANTUNES, 1985). Outros indicam que a **cidade de Maputo** tinha **537.394** (ARAÚJO, 2005) e que o total das duas cidades (Maputo e Matola) era **739,077** (ARAÚJO s.d.), o que significa **cidade da Matola 201.683**.

Figura 1. O censo de 1980 para a cidade de Maputo, cidade da Matola, província de Maputo e os distritos de Boane, Marracuene e Matutuine

Nota: Os dados considerados fiáveis são os dados que se apresentam em **negrito (bold)**. Foram mantidos outros dados (**não bold**) da mesma coluna onde se identificam os considerados fiáveis (**bold**). Constan também desta tabela dados cujas colunas inteiras não apresentaram qualquer dado considerado fiável.

CENSO:		1980			
FONTE:		1980 Cidade de Maputo 755,300 e Província de Maputo 491,80 (Antunes 1985, p. 5).	1980 Cidade de Maputo 537,394 (Araújo 2005, p. 1180)	1980 Cidade de Maputo e Cidade da Matola as duas cidades total 739,077 (Araújo s.d., p. 2).	INE 1999c-1; INE 1999d-1
		Grande Maputo (cidade de Maputo e cidade da Matola)			Cidade de Maputo (NÃO INCLUSO cidade da Matola)
Maputo Cidade (Município de Maputo)		755 300	537 394	739 077	539 737
Cidade da Matola (Município da Matola)			201 683		
Maputo Província		491 800			700 179
		Província de Maputo (NÃO INCLUSO cidade da Matola)			Província de Maputo (INCLUSO cidade da Matola)

Fonte: Antunes 1985, p. 5; Araújo 2005, p. 1180; Araújo s.d., p. 2; INE 1999.

O censo de 1997

Em 1997 (**Figura 2**) a cidade **Maputo** (Município de Maputo) tinha cerca de **966.837** habitantes distribuídos pelos Distritos Municipais D.M.1 (KaMpfumo) com **154.284**, D.M.2 (Nlhamankulu) com **162.750**, D.M.3 (KaMaxakeni) com **210.551**, D.M.4 (KaMavota) com **228.244** e D.M.5 (KaMubukuana) com **211.008** (INE, 1999c-1; INE, 1999c-2; 1999c-3; INE e UNFPA, 2023) - sem informação de D.M.6 (KaTembe) e D.M.7 (KaNyaka) - Outras fontes indicam para a cidade Maputo em 1997 cerca de **989.400** (INE, 1999a), **987.943** (INE, 2011a). A cidade da **Matola** em 1997 possuía **424.662** (INE, 1999d-2; INE, 2012; INE e UNFPA, 2023). Em 1997 a **província de Maputo** tinha cerca de **806.179** (INE, 1999d-3; INE, 2012) - Outras fontes indicam para a província de Maputo em, 1997 cerca de **832.100** (INE, 1999a) e **830.908** (INE, 2011b). Em 1997 o distrito de **Boane** contava com **56.703**, compreendendo o posto administrativo de **Matola Rio** com **12.120** e o posto administrativo de **Boane** com **44.583**, (INE, 1999d-2). Em 1997 o distrito de **Marracuene** contava com **41.677**, compreendendo o posto administrativo de **Marracuene** com **36.732** e o posto administrativo de **Machubo** com **4.945**, (INE, 1999d-2). Em 1997 o distrito de **Matutuine** contava com **35.161**, compreendendo o posto administrativo de **Catembe** com **4.730** e outros postos administrativos nomeadamente **Missevene (Bela Vista)** com 14.272, **Catuane** com 9.089, **Zitundo** com 4.175 e **Machangulo (Ndelane)** com 2.895 (INE, 1999d-2).

Sobre a população em 1997, outras fontes (ADE, 2020) (**Figura 2**) indicam que a distribuição da população era a seguinte: A cidade **Maputo** com cerca de **987.309** habitantes distribuídos pelos Distritos Municipais D.M.1 (KaMpfumo), D.M.6 (KaTembe) e D.M.7 (KaNyaka), os três totalizando **159.987**, D.M.2 (Nlhamankulu) com **166.423**, D.M.3 (KaMaxakeni) com **214.160**, D.M.4 (KaMavota) com **231.904** e D.M.5 (KaMubukuana) com **214.835** (ADE, 2020); A cidade da **Matola** em 1997 com **430.700** distribuídos pelos postos administrativos de Infulene com **118.263**, Machava com **134.316** e Matola Sede com **178.121** (ADE, 2020); Em 1997 o distrito de **Boane** com **57.961** distribuídos pelos postos administrativos de **Matola Rio** com **12.275** e **Boane** com **44.686** (ADE, 2020); Em 1997 o distrito de **Marracuene** com **42.467** distribuídos os postos administrativos de **Marracuene** com **37.411** e **Machubo** com **5.056** (ADE, 2020); Em 1997 o distrito de **Matutuine** com **35.975** distribuídos pelos postos administrativos de **Catembe** com **4.798** e outros nomeadamente **Missevene**



(Bela Vista) com 14.649, Catuane com 9.198, Zitundo com 4.372 e Machangulo (Ndelane) com 2.958 (ADE, 2020).

Figura 2. O censo de 1997 para a cidade de Maputo, cidade da Matola, província de Maputo e os distritos de Boane, Marracuene e Matutuine

Nota: Os dados considerados fiáveis são os dados que se apresentam em **negrito (bold)**. Foram mantidos outros dados (**não bold**) da mesma coluna onde se identificam os considerados fiáveis (**bold**). Constan também desta tabela dados cujas colunas inteiras não apresentaram qualquer dado considerado fiável.

		CENSO 1997						
FONTE:		INE 1999a	INE 1999c-3 para DMs da cidade de Maputo; 1999c-2 para cidade de Maputo; 1999d-2 e 1999d-3 para província de Maputo, cidade da Matola e restantes distritos; 2012, p. 5 para cidade da Matola e província de Maputo; INE e UNFPA 2023, p. 95 para cidade de Maputo e cidade da Matola		INE 2011a; INE 2011b	ADE 2020		
		DISTRITOS MUNICIPAIS						
Maputo Cidade (Município de Maputo)	D.M. n.1 (KaMpfumo)	989 400	15,96%	154 284	966 837	987 943	159 987	
	D.M. n.6 (KaTembe)		-	-				
	D.M. n.7 (KaNyaka)		-	-				
	D.M. n.2 (Nlhamankulu)		16,83%	162 750				166 423
	D.M. n.3 (KaMaxaquene)		21,78%	210 551				214 160
	D.M. n.4 (KaMavota)		23,61%	228 244				231 904
D.M. n.5 (KaMubukwana)	21,82%	211 008	214 835	987 309				
Cidade da Matola (Município da Matola)	Infulene					118263	430 700	
	Machava					134316		
	Matola sede				178121			
Maputo Província		832 100			806 179	830 908		
Distrito de Boane - Pertence à província de Maputo e inclui 2 postos administrativos que são P. A. de Boane e P. A. de Matola Rio.	Posto Administrativo de Matola Rio - Pertence ao distrito de Boane e inclui 1 localidade que é Matola Rio Sede com 6 áreas: Mulotana, Beluluana, Djonasse, Djuba, Matola-Rio e Chinonanquila.		12 120	56 703		12 275	57 961	
	Posto Administrativo de Boane - Pertence ao distrito de Boane e inclui 2 localidades que são Gueguegue com 7 áreas e Eduardo Mondlane com 17 áreas.		44 583					45 686
Distrito de Marracuene - Pertence à província de Maputo e inclui 2 postos administrativos que são P. A. de Marracuene e P. A. de Machubo	Posto Administrativo de Marracuene - Pertence ao distrito de Marracuene e inclui 3 localidades que são Marracuene com 9 áreas, Michafutene com 8 áreas e Nhongonhana com 8 áreas.		36 732	41 677		37 411	42 467	
	Posto Administrativo de Machubo - Pertence ao distrito de Marracuene e inclui 2 localidades que são Macandza com 8 áreas e Thaula com 1 área.		4 945					5 056
Distrito de Matutuine - Pertence à província de Maputo e Inclui 4 Ppostos administrativos que são. Missevane, Catembe e Catuane.	Posto Administrativo de Mugazine (Catembe) - Pertence ao distrito de Matutuine e inclui 3 localidades que são Felipe com 2 áreas, Mugazine com 5 áreas e M'Sine com 4 áreas.		4 730	35 161		4 798	35 975	
	Bela Vista (Missevane)		14 272					14 649
	Catuane		9 089					9 198
	Zitundo		4 175					4 372
	Ndelane (Machangulo)		2 895					2 958

Fonte: INE 1999; INE 2011; INE 2012; ADE 2020; INE e UNFPA 2023.

O censo de 2007

Em 2007 (**Figura 3**) a cidade **Maputo** (Município de Maputo) tinha cerca de **1.111.638** habitantes distribuidos pelos Distritos Municipais D.M.1 (KaMpfumo) com **109.052**, D.M.2 (Nlhamankulu) com **156.836**, D.M.3 (KaMaxakeni) com **227.290**,

D.M.4 (KaMavota) com **297.657**, D.M.5 (KaMubukuana) com **294.967**, D.M.6 (KaTembe) com **19.668** e D.M.7 (KaNyaka) com **5.300** (INE, 2011a; INE, 2010) - Outras fontes indicam para a cidade Maputo em 2007 cerca de **1.094.315** (INE2007 s.d.-a) e **1.094.628** (INE e UNFPA, 2023). A cidade da **Matola** em 2007 possuía **682.597** habitantes (55,7% de 1.225.489 segundo INE, 2011b) - Outras fontes indicam para a cidade da Matola em 2007 cerca de **682.691** habitantes (INE, 2012) e **671.556** (INE e UNFPA, 2023). Em 2007 a **província de Maputo** tinha cerca de **1.225.489** habitantes (INE, 2011b) - Outras fontes indicam para a província Maputo em 2007 cerca de **1.205.553** resultante de uma população **urbana** de **828.678** habitantes e uma população **rural** de **376.875** (INE2007 s.d.-b; INE e UNFPA, 2023), e também **1.225.489** habitantes (INE, 2012). Em 2007 o distrito de **Boane** contava com **104.167** habitantes (8,5% de 1.225.489 segundo INE, 2011b) - Outras fontes indicam para o distrito de Boane em 2007 cerca de **104.128** habitantes (INE, 2012). Em 2007 o distrito de **Marracuene** contava com **85.784** habitantes (7,0% de 1.225.489 segundo INE, 2011b) - Outras fontes indicam para o distrito de Marracuene em 2007 cerca de **86.177** habitantes (INE, 2012). Em 2007 o distrito de **Matutuíne** contava com **37.990** habitantes (3,1% de 1.225.489 segundo INE, 2011b) - Outras fontes indicam para o distrito de Matutuíne em 2007 cerca de **37.939** habitantes (INE, 2012).

Sobre o censo de 2007, outras fontes (ADE, 2020) (**Figura 3**) indicam que a distribuição da população era a seguinte: A cidade **Maputo** com cerca de **1.120.360** habitantes distribuídos pelos Distritos Municipais D.M.1 (KaMpfumo), D.M.6 (KaTembe) e D.M.7 (KaNyaka), os três totalizando **136.282**, D.M.2 (Nlhamankulu) com **157.807**, D.M.3 (KaMaxakeni) com **228.070**, D.M.4 (KaMavota) com **299.843** e D.M.5 (KaMubukuana) com **298.358** habitantes (ADE, 2020); A cidade da **Matola** em 2007 com **687.150** habitantes distribuídos pelos postos administrativos de Infulene com **231.193**, Machava com **232.674** e Matola Sede com **223.283** habitantes (ADE, 2020); Em 2007 o distrito de **Boane** com **104.627** habitantes distribuídos pelos postos administrativos de **Matola Rio** com **35.629** e **Boane** com **68.998** habitantes (ADE, 2020); Em 2007 o distrito de **Marracuene** com **87.183** habitantes distribuídos os postos administrativos de **Marracuene** com **82.309** e **Machubo** com **4.874** habitantes (ADE, 2020); Em 2007 o distrito de **Matutuíne** com **38.087** habitantes distribuídos pelos postos administrativos de **Catembe** com **5.767** e outros nomeadamente **Missevene**

(Bela Vista) com 15.366, Catuane com 97.234, Zitundo com 6.357 e Machangulo (Ndelane) com 3.363 (ADE, 2020).

Figura 3. O censo de 2007 para a cidade de Maputo, cidade da matola, província de Maputo e os distritos de Boane, Marracuene e Matutuine

Nota: Os dados considerados fiáveis são os dados que se apresentam em **negrito (bold)**. Foram mantidos outros dados (**não bold**) da mesma coluna onde se identificam os considerados fiáveis (**bold**). Consta também desta tabela dados cujas colunas inteiras não apresentaram qualquer dado considerado fiável.

FONTE:	CENSO 2007						
	INE 2010, p. 5-6	INE 2011a, p. 3; INE 2011b, p. 3	INE2007 s.d.-a; INE2007 s.d.-b	INE 2012	INE e UNFPA 2023, pp. 95,21	ADE 2020	
	DISTRITOS MUNICIPAIS		Dados considerados fiáveis apenas para as análises dos saídos 2017-2007				
Maputo Cidade (Município de Maputo)	D.M. n.1 (KaMpfumo)	109 920					
	D.M. n.6 (KaTembe)	134 888	19 668				136 282
	D.M. n.7 (KaNyaka)		5 300				
	D.M. n.2 (Nlhamankulu)		156 836	1 094 315		1 094 628	157 807
	D.M. n.3 (KaMaxaquene)		227 290				228 070
	D.M. n.4 (KaMavota)		297 657				299 843
D.M. n.5 (KaMubukwana)		294 967				298 358	
Cidade da Matola (Município da Matola)	Infulene						231193
	Machava		682 597			682 691	671 556
	Matola sede						232674
Maputo Província	833 333	392 156	1 225 489	828 678	376 875	1 205 553	1 225 489
	Urbana	Rural		Urbana	Rural		
	68,0%	32,0%		68,7%	31,3%		
Distrito de Boane - Pertence à província de Maputo e inclui 2 postos administrativos que são P. A. de Boane e P. A. de Matola Rio.	Posto Administrativo de Matola Rio - Pertence ao distrito de Boane e inclui 1 localidade que é Matola Rio Sede com 6 áreas: Mulotana, Beluluana, Djonasse, Djuba, Matola-Rio e Chionanquila.		104 167				104 128
	Posto Administrativo de Boane - Pertence ao distrito de Boane e inclui 2 localidades que são Gueguegue com 7 áreas e Eduardo Mondlane com 17 áreas.						68 998
Distrito de Marracuene - Pertence à província de Maputo e inclui 2 postos administrativos que são P. A. de Marracuene e P. A. de Machubo.	Posto Administrativo de Marracuene - Pertence ao distrito de Marracuene e inclui 3 localidades que são Marracuene com 9 áreas, Michafutene com 8 áreas e Nhongonhana com 8 áreas.		85 784				86 177
	Posto Administrativo de Machubo - Pertence ao distrito de Marracuene e inclui 2 localidades que são Macandza com 8 áreas e Thaula com 1 área.						4 874
Distrito de Matutuine - Pertence à província de Maputo e Inclui 4 Ppostos administrativos que são. Missevene, Catuane, Zitundo, Ndelane (Machangulo)	Posto Administrativo de Mugazine (Catembe) - Pertence ao distrito de Matutuine e inclui 3 localidades que são Felipe com 2 áreas, Mugazine com 5 áreas e M' Sine com 4 áreas.		37 990				37 939
	Bela Vista (Missevene)						5 767
	Catuane						15 366
	Zitundo						7 234
	Ndelane (Machangulo)						6 357
						3 363	

Fonte: INE2007 s.d.; INE 2010; INE 2011; INE 2012; ADE 2020; INE e UNFPA 2023.

Nota: Para província de Maputo, a população 1.205.553 não só coincide com urbana + rural de INE s.d.-d, mas também é a população necessária para se chegar à Taxa Líquida de Migração de 30,4% da província de Maputo expressa em INE e UNFPA (2023, p. 21).

O censo de 2017

Em 2017 (**Figura 4**) a cidade **Maputo** tinha segundo os **dados preliminares** do mesmo ano cerca de **1.101.170** habitantes distribuídos pelos Distritos Municipais D.M.1 (KaMpfumo) com **80.550**, D.M.2 (Nlhamankulu) com **129.306**, D.M.3 (KaMaxakeni) com **199.565**, D.M.4 (KaMavota) com **331.968**, D.M.5 (KaMubukuana) com **321.438**, D.M.6 (KaTembe) com **32.248** e D.M.7 (KaNyaka) com **6.095** (mapa com população



por província in INE, 2017a; 2017b, quadros 1,2,12; mapa zona sul in INE, 2017c, pp. 7,8) - Outras fontes indicam **dados definitivos** do censo 2017 para a cidade de Maputo de cerca **1.120.867** habitantes (INE, 2019a; INE, 2019b, quadro p. 16) e **1.080.277** habitantes (INE, 2019b, quadro 3, p. 23; 2019c,; INE e UNFPA). A cidade da **Matola** em 2017 possuía segundo os **dados preliminares** do mesmo ano cerca de **1.616.267** habitantes (INE, 2017b, quadro 12) - Os **dados definitivos** indicam que em 2017 a cidade da **Matola** possuía cerca de **1.032.196** habitantes (INE, 2019d, quadro 67; INE e UNFPA, 2023). Em 2017 a **província de Maputo** tinha segundo os **dados preliminares** do mesmo ano cerca de **2 507.098** habitantes (mapa com população por província in INE, 2017a; 2017b, quadros 2,12) - Outras fontes indicam **dados definitivos** do censo 2017 para a província Maputo de cerca **1.968.906** (INE, 2019a, p. 39; INE, 2019b, quadro p. 16) e **1.908.078** (INE, 2019b, quadro 3, p. 23; INE e UNFPA, 2023, pp. 95,21) ou **1.964.779** (INE, 2022) ou ainda **1.908.077** (INE, 2019d, quadro 67). Em 2017 o distrito de **Boane** contava com **210.498** habitantes (INE, 2017b, quadro 12). Em 2017 o distrito de **Marracuene** contava com **230.530** habitantes (INE, 2017b, quadro 12). Em 2017 o distrito de **Matutuíne** contava com **44.884** habitantes (INE, 2017b, quadro 12). Outras fontes indicam **dados definitivos** do censo 2017 para o distrito de **Boane 210.367** habitantes, para o distrito de **Marracuene 218.788** e distrito de **Matutuíne 43.664** habitantes (INE, 2019d, quadro 67).



Figura 4. O censo de 2017 para a cidade de Maputo, cidade da Matola, província de Maputo e os distritos de Boane, Marracuene e Matutuine

Nota: Os dados considerados fiáveis são os dados que se apresentam em **negrito (bold)**. Foram mantidos outros dados (**não bold**) da mesma coluna onde se identificam os considerados fiáveis (**bold**). Constam também desta tabela dados cujas colunas inteiras não apresentaram qualquer dado considerado fiável.

FONTE:		CENSO 2017							
		INE 2019b, quadro 3, p. 23; 2019c	INE 2022	INE 2017a, mapa; 2017c, pp. 7,8	INE 2017b, quadros pp. 1,2,12,13; 2017c, pp. 7,8	INE 2019a, p. 39; 2019b quadro, p. 16	2019b, quadro 3, p. 23; INE 2019c, p. 15	INE 2019d, quadro 67	INE e UNFPA 2023, pp. 95,21
Maputo Cidade (Município de Maputo)	D.M. n.1 (KaMpfumo)	1 080 277	1 101 170	7,3%	80 550	1 120 867	7,0%	76 157	1 080 277
	D.M. n.6 (KaTembe)			2,9%	32 248		2,7%	28 788	
	D.M. n.7 (KaNyaka)			0,6%	6 095		0,6%	5 958	
	D.M. n.2 (Nlhamankulu)			11,7%	129 306		11,8%	127 079	
	D.M. n.3 (KaMaxaquene)			18,1%	199 565		18,1%	195 556	
	D.M. n.4 (KaMavota)			30,1%	331 968		30,2%	326 771	
D.M. n.5 (KaMubukwana)	29,2%	321 438	29,6%	319 968					
Cidade da Matola (Município da Matola)	Infulene Machava Matola sede				1 616 267			1 032 196	1 032 197
Maputo Província		1 908 078	1 964 779	2 507 098	2 507 098	1 968 906		1 908 077	1 908 078
Distrito de Boane - Pertence à província de Maputo e inclui 2 postos administrativos que são P. A. de Boane e P. A. de Matola Rio.	Posto Administrativo de Matola Rio - Pertence ao distrito de Boane e inclui 1 localidade que é Matola Rio Sede com 6 áreas: Mulotana, Beluluana, Djonasse, Djuba, Matola-Rio e Chinonanquila. Posto Administrativo de Boane - Pertence ao distrito de Boane e inclui 2 localidades que são Gueguegue com 7 áreas e Eduardo Mondlane com 17 áreas.				210 498			210 367	
Distrito de Marracuene - Pertence à província de Maputo e inclui 2 postos administrativos que são P. A. de Marracuene e P. A. de Machubo.	Posto Administrativo de Marracuene - Pertence ao distrito de Marracuene e inclui 3 localidades que são Marracuene com 9 áreas, Michafutene com 8 áreas e Nhongonhana com 8 áreas. Posto Administrativo de Machubo - Pertence ao distrito de Marracuene e inclui 2 localidades que são Macandza com 8 áreas e Thaula com 1 área.				230 530			218 788	
Distrito de Matutuine - Pertence à província de Maputo e Inclui 4 Ppostos administrativos que são. Missevene, Catembe e Catuane.	Posto Administrativo de Mugazine (Catembe) - Pertence ao distrito de Matutuine e inclui 3 localidades que são Felipe com 2 áreas, Mugazine com 5 áreas e M'Sine com 4 áreas. Bela Vista (Missevene) Catuane Zitundo Ndelaide (Machangulo)				44 834			43 664	

Fonte: INE 2017; INE 2019; INE 2022; INE e UNFPA 2023. Nota: Para província de Maputo, a população 1.908.078 não só coincide com INE 2019c, p. 15 ou INE 2019b quadro 3, p. 23 ou próximo de INE 2019d quadro 67, mas também é a população necessária para se chegar à Taxa Líquida de Migração de 18,2% da província de Maputo expressa em INE e UNFPA 2023, p. 21.

A problemática dos dados, diversidade e fiabilidade: os números escolhidos

Para a discussão dos resultados deste trabalho, foram escolhidos os dados populacionais que segundo determinados critérios foram considerados mais fiáveis para efeito de análise, pois a análise de cada censo mostrou que os dados das diversas fontes diferiam. No quadro a seguir, estão evidenciados em **negrito (bold)** esses dados fiáveis.



Figura 5. Os censos de 1980, 1997, 2007 e 2017 (considerados fiáveis) para a cidade de Maputo, cidade da Matola, província de Maputo e os distritos de Boane, Marracuene e Matutuine

Nota: Os dados considerados fiáveis são os que se apresentam em **negrito (bold)**. Foram mantidos outros (**não bold**) da mesma coluna onde se identificam os fiáveis (**bold**). Não constam também desta tabela dados cujas colunas inteiras não apresentaram qualquer dado considerado fiável - salvo para outras análises (e.g. Distritos Municipais Cidade de Maputo 2007).

CENSO:		1980	1997	2007				2017			
FONTE:		Araújo 2005, p. 1180; Araújo s.d., p. 2	INE 1999c-1; INE 1999d-1	INE 1999c-3; INE 1999c-2; INE 1999d-2; 1999d-3; INE 2012, p. 5; INE e UNFPA 2023, p. 95	INE 2010, p. 5-6	INE 2011a, p. 3; INE 2011b, p. 3	INE2007 s.d.-a; INE2007 s.d.-b	INE e UNFPA 2023, p. 95; INE e UNFPA 2023, p. 21	INE 2012	2019b, quadro 3, p. 23 e INE 2019c, p. 15 ambos para os DMs de cidade de Maputo e província de Maputo; INE 2019d, quadro 67 para província de Maputo	INE e UNFPA 2023, p. 95 para cidade de Maputo e cidade da Matola; INE e UNFPA 2023, p. 21 para província de Maputo
		DISTRITOS MUNICIPAIS		DMs (apenas para cálculo dos saldos 2017-2007)							
Maputo Cidade (Município de Maputo)	DM1-KaMpfumo		154 284		109 920				76 157		
	DM6-KaTembe		-		19 668				28 788		
	DM7-KaNyaka		-		5 300				5 958		
	DM2-Nihamankulu	537 394	539 737	966 837	162 750	156 836		1 094 315	1 094 628		
	DM3-KaMasaquene		NÃO INCLUSO cidade da Matola		210 551	227 290				1 080 277	
DM4-KaMavota				228 244	297 657				195 556		
DM5-KaMubukwana				211 008	294 967				326 771		
Cidade da Matola (Município da Matola)	Infulene										
	Machava	201 683		424 662		682 597			671 556	682 691	
	Matola sede									1 032 196	
			INCLUSO cidade da Matola								
Maputo Província		700 179		806 179		1 225 489	68,7%	31,3%			
						828 678			1 205 553		
						376 875			1 205 553		
										1 225 489	
										1 908 077	
										1 908 078	
							URBANA	RURAL			
Distrito de Boane (província de Maputo)	Posto Administrativo de Matola Rio		12 120								
	Posto Administrativo de Boane		56 703			104 167				104 128	
Distrito de Marracuene (província de Maputo)	Posto Administrativo de Marracuene		36 732								
	Posto Administrativo de Machubo		41 677			85 784				86 177	
Distrito de Matutuine (província de Maputo)	Posto Administrativo de Mugazine (Catembe)		4 730								
	Bela Vista (Missevene)		14 272	35 161		37 990				37 939	
	Catuane		9 089								
	Zitundo		4 175								
	Ndelane		2 895								

Araújo 2005, p. 1180 (refere 1980 Cidade de Maputo 537,394); Araújo s.d., p. 2 (refere Maputo e Matola total 1980: 739,077).

INE 1999c-3 para DMs da cidade de Maputo; INE 1999c-2 para cidade de Maputo; INE 1999d-2 e 1999d-3 para 1997: província de Maputo, cidade da Matola e restantes distritos; INE 2012, p. 5 para cidade da Matola e província de Maputo; INE e UNFPA 2023, p. 95 para cidade de Maputo e cidade da Matola.

Fonte:

INE2007 s.d.-a; s.d.-b; INE 2012; INE e UNFPA 2023, p. 95 para cidade de Maputo e cidade da Matola; INE e UNFPA 2007: 2023, p. 21 porque 1,205,553 não só coincide com urbana + rural de INE s.d.-d mas também é a população necessária para se chegar à Taxa Líquida de Migração de 30,4% da província de Maputo expressa em INE e UNFPA 2023, p. 21.

INE 2019b, quadro 3, p. 23; 2019c, p. 15; INE e UNFPA 2023, p. 95 para cidade de Maputo e cidade da Matola; INE e UNFPA 2023, p. 21 porque 1,908,078 não só coincide com INE 2019c, p. 15 ou INE 2019b quadro 3, p. 23 ou próximo de INE 2019d quadro 67, mas também é a população necessária para se chegar à Taxa Líquida de Migração de 18,2% da província de Maputo expressa em INE e UNFPA 2023, p. 21.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS



Sobre as dinâmicas da população entre 1980-2017 na cidade e de Maputo e territórios adjacentes

De um modo geral entre 2007-2017 a cidade de Maputo perdeu da sua população entre 1% (-14,351 se considerarmos 1,094,628 em 2007) e 3% (-31,361 se considerarmos 1,111,638 em 2007 - INE, 2011a - com dados ao nível dos DMs - INE, 2010). Considerando 1,111,638 em 2007, as análises indicam que o DM1 (KamPfumo) perdeu fortemente população (-31%), perdeu moderadamente o DM2 (Nlhamankulu perdeu 19%) e ligeiramente o DM3 (KaMaxaquene perdeu 14%). O aumento forte foi no DM6 (KaTembe aumentou 44%), um aumento moderado no DM4 (KaMavota aumentou 10%) e um aumento ligeiro nos DM5 (KaMubukwana aumentou 9%) e DM7 (KaNyaka aumentou 7%). (**Figura 6**). Estes fenómenos, por um lado confirmam a tendência verificada entre 1992-2007 do "movimento da população dos Distritos Municipais 1 e 2 para a periferia" (TIQUE, 2017, p. 175), mas contradizem com a tendência no mesmo período de um "forte aumento da população no Distrito Municipal 3, particularmente nos bairros de Maxaquene A e B" (*ibidem*). Este movimento da população para a "periferia" (*ibidem*) também é evidenciado por Araújo (2005). Estes fenómenos confirmam também a constatação do PEUMM (CMM-PEUMM, 2008a) que considerava naquela altura que era provável que a tendência verificada no período 1997-2007 no Município de Maputo estava "reflectindo um abrandamento do processo migratório das províncias vizinhas para a cidade de Maputo". No entanto, tudo indica que entre 2007-2017 não se verificou uma continuidade da tendência verificada entre 1997-2007 em que a "desaceleração do ritmo de crescimento populacional no Município de Maputo pode estar associada à uma evasão de seus residentes à favor do Município vizinho da Cidade da Matola" (CMM-PEUMM, 2008a). Por outro lado, entre 2007-2017 a cidade da Matola cresceu muito (54%, portanto mais 360.641). Também entre 2007-2017, a província de Maputo cresceu 58% (portanto mais 702.525 habitantes), dos quais 360.641 é o aumento na cidade da Matola, 106.239 (102%) é o aumento no distrito de Boane, 132.611 (154%) é o aumento no distrito de Marracuene e 5.725 (15%) no distrito de Matutuine, totalizando 594.080, e os restantes 97.309 é o aumento nos restantes distritos da província de Maputo. (**Figura 6**). O quadro a seguir (**Figura 6**) indica que a cidade de **Maputo** duplicou (**2x**) a sua população de 1980 para 2017 (de 539.737 para 1.080.277), apesar de ter perdido alguns habitantes se compararmos os censos de 2007 e 2017 (de 1.080.277 para 1.111.638). A cidade da **Matola**, por sua vez



quintuplicou (**5,12x**) a sua população de 1980 para 2017 (de 201.683 para 1.032.197), e pode-se destacar que o censo de 2017 indica o incremento de 54% (**1,54x**) da população que existia em 2007 (de 671.556 para 1.032.196). A **provincia de Maputo** quase que triplicou (**2,73x**) de 1980 para 2017 (de 700.179 para 1.908.078), destacando-se que a população em 2017 era cerca de 58% (**1,58x**) mais que a de 2007 (de 1.205.553 para 1.908.078). O distrito de **Boane** aumentou de 2007 para 2007 cerca de 102% (**2,02x** de 104.128 para 210.367), o distritito de **Marracuene** 154% **2,54x** de 86.177 para 218.788), e o distrito de **Matutuine** 15% (**1,15x** de 37.939 para 43.664).



Figura 6. A população entre 1980-2017 na cidade de Maputo e territórios adjacentes

Crescimento 1980-2017 e Saldos 2007-2017		1980-2017	2007-2017				
		No. de vezes que cresceu de 1980 para 2017 (1,080,277/539,737)	No. de vezes que cresceu de 2007 para 2017 (1,080,277/1,111,638)	Cidade de Maputo População - Diferença 2007-2017 (1,080,277-1,111,638 por causa da respectiva população dos DMs em 2007)		No. de vezes que cresceu de 2007 para 2017 (1,080,277/1,094,628 em 2007)	Cidade de Maputo População - Diferença 2007-2017 (1,080,277-1,094,628 mas sem respectiva população dos DMs em 2007)
Maputo Cidade	DM1-KaMpfumo	2,00	-0,03	-33 763	-31%	-31 361	-0,01
	DM6-KaTembe			9 120	46%		
	DM7-KaNyaka			658	12%		
	DM2-Nlhamankulu			-29 757	-19%		
	DM3-KaMaxaquene			-31 734	-14%		
	DM4-KaMavota			29 114	10%		
DM5-KaMubukwana	25 001	8%	-14 351				
		No. de vezes que cresceu de 1980 para 2017 (1,032,197/201,683)	No. de vezes que cresceu de 2007 para 2017 (1,032,196/671,556)	Cidade da Matola População - Diferença 2017-2007 (1,032,196-671,556)		De um modo geral entre 2007-2017 a cidade de Maputo perdeu da sua população entre 1% (-14,351 se considerarmos 1,094,628 em 2007) e 3% (-31,361 se considerarmos 1,111,638 em 2007 - INE 2011a, p. 3 - com dados ao nível dos DMs - INE 2010, p. 5-6).	
Cidade da Matola	Infulene Machava Matola sede	5,12	1,54	360 641	54%	Entre 2007-2017 a cidade da Matola cresceu muito (54%, portanto mais 360,641).	
		No. de vezes que cresceu de 1980 para 2017 (1,908,078/700,179)	No. de vezes que cresceu de 2007 para 2017 (1,908,078/1,205,553)	Província de Maputo População - Diferença 2017-2007 (1,908,078-1,205,553)			
Maputo Província		2,73	1,58	702 525	58%	97 309	Aumento nos restantes distritos da província de Maputo Entre 2007-2017 a província de Maputo cresceu 58% (portanto mais 702,525 habitantes).
			No. de vezes que cresceu de 2007 para 2017 (210,367/104,128)	Distrito de Boane População - Diferença 2017-2007 (210,367-104,128)			
Distrito de Boane	P.A. de Matola Rio P.A. de Boane		2,02	106 239	102%	Entre 2007-2017 o distrito de Boane cresceu muitíssimo (102%, portanto mais 106,239).	
			No. de vezes que cresceu de 2007 para 2017 (218,788/86,177)	Distrito de Marracuene População - Diferença 2017-2007 (218,788-86,177)			
Distrito de Marracuene	P. A. de Marracuene P.A. de Machubo		2,54	132 611	154%	Entre 2007-2017 o distrito de Marracuene cresceu muitíssimo (154%, portanto mais 132,611).	
			No. de vezes que cresceu de 2007 para 2017 (43,664/37,939)	Distrito de Matutuine População - Diferença 2017-2007 (43,664/37,939)			
Distrito de Matutuine	P.A. de Mugazine (Catembe) Bela Vista (Missevene) Catuane Zitundo Ndelane (Machangulo)		1,15	5 725	15%	Entre 2007-2017 o distrito de Matutuine cresceu muitíssimo (15%, portanto mais 5,725).	

Fonte: Para 1980: INE 1999c-1; INE 1999d-1; Para 2017: INE 2019c; 2019b; INE 2019d; INE e UNFPA 2023. Para 2007: INE 2010; INE 2011a; INE 2011b; Para 2017: INE 2019c; 2019b; INE 2019d; INE e UNFPA 2023. Para 2007: INE2007 s.d.-a; INE2007 s.d.-b; INE e UNFPA 2023; Para 2017: INE 2019c; 2019b; INE 2019d; INE e UNFPA 2023.

Sobre os saldos migratórios entre 1997-2007

Segundo Muanamoha e Raimundo (2018b, p. 36), no caso da **cidade capital Maputo**, a migração contribuiu “significativamente para o crescimento da população”, pois segundo os autores em 1997 os “**imigrantes de toda a vida** da Cidade de Maputo eram maioritariamente das províncias de Gaza (36%), Inhambane (29,3%), Maputo



57

província (20%) e Zambézia (5,7%)”. Ainda no caso da **cidade de Maputo** mas referente a 2007, Muanamoha e Raimundo (2018b, pp. 36-37) afirmam que “este cenário não mudou”, pois “os imigrantes continuavam a ser maioritariamente de Gaza (34,1%), Inhambane (29,1%), província de Maputo (15,6%) e Zambézia (8,8%)”, salientando que em 2007 houve “uma ligeira redução de imigrantes de Gaza e um relativo incremento dos imigrantes da Zambézia”. No caso da **província de Maputo**, Muanamoha e Raimundo (2018b, pp. 38-39) afirmam que “a maioria dos **imigrantes de toda a vida**, em 1997, era das províncias de Gaza (33,2%), Inhambane (29,8%) e Cidade de Maputo (28,5%) enquanto que “em 2007, a maior imigração acumulada provinha da Cidade de Maputo (com 37,2% dos imigrantes), seguida de Inhambane (26,8%), Gaza (25%) e Zambézia (4,7%)”. Muanamoha e Raimundo (2018b) referem ainda que no caso da **migração interprovincial de toda a vida de todas as províncias** os dados de 1997 indicam que a **migração interna acumulada** (total Imigrantes internos absolutos ou total Emigrantes internos absolutos) envolveu um total de 1.274.830 pessoas, enquanto que os dados de 2007 indicam 1.549.101 **migrantes internos acumulados (Figura 7)**.

No caso da **província de Maputo**, os dados apresentados por Muanamoha e Raimundo (2018b) indicam para 1997 um total de 263.729 Imigrantes internos absolutos e na mesma data um total de 93.312 Emigrantes internos absolutos, resultando num saldo migratório (**Migração líquida absoluta**) positivo de +170.417 (**Figura 7**). Também na **província de Maputo**, os dados apresentados de Muanamoha e Raimundo (2018b, p. 55) indicam para 2007 um total de 453.347 Imigrantes internos absolutos e na mesma data um total de 85.501 Emigrantes internos absolutos, resultando num saldo migratório (**Migração líquida absoluta**) positivo de +367.846 (**Figura 7**). No caso da **cidade de Maputo**, os dados apresentados por Muanamoha e Raimundo (2018b, p. 55) indicam para 1997 um total de 360.858 Imigrantes internos absolutos e na mesma data um total de 156.579 Emigrantes internos absolutos, resultando num saldo migratório (**Migração líquida absoluta**) positivo de +204.279 (**Figura 7**). Também na **cidade de Maputo**, os dados apresentados por Muanamoha e Raimundo (2018b) indicam para 2007 um total de 343.919 Imigrantes internos absolutos e na mesma data um total de 243.108 Emigrantes internos absolutos, resultando num saldo migratório (**Migração líquida absoluta**) positivo de +100.811 (**Figura 7**).



Nas análises efectuadas para o período 2002-2007, os mesmos autores indicam que nesse período a **província de Maputo** liderou a **Imigração** com um ganho líquido positivo de +102.002 pessoas (diferença entre 128.359 Imigrantes e 26.357 Emigrantes, internos absolutos) (**Figura 7**) provenientes maioritariamente da Cidade de Maputo, Inhambane e Gaza, fazendo assim parte a província de Maputo das 4 (quatro) únicas províncias que tiveram um saldo migratório positivo junto com Manica, Cabo Delgado e Niassa (em ordem decrescente de ganhos) (MUANAMOHA e RAIMUNDO, 2018b, p. 56). No mesmo período 2002-2007, as análises dão conta que a **cidade de Maputo** liderou a **Emigração** com uma perda líquida negativa de -63.565 pessoas (diferença entre 60.440 Imigrantes e 124.005 Emigrantes, internos absolutos) (**Figura 7**) a favor principalmente das províncias de Maputo, Inhambane e Gaza, fazendo assim parte a **cidade de Maputo** das 7 (sete) províncias que tiveram um saldo migratório negativo junto com Zambézia, Inhambane, Gaza, Tete, Sofala e Nampula (em ordem decrescente de perdas) (MUANAMOHA e RAIMUNDO, 2018b).

As conclusões de Muanamoha e Raimundo (2018b, p. 56) dão conta que as tendências de **migração interna** em Moçambique em 1997 e 2007 podem ser agrupadas em quatro classes: (i) **Três** províncias de **Imigração** interna seja em 1997 e 2007 seja entre 2002-2007 (Niassa, Manica e **Maputo**) (**Figura 7**); (ii) **Quatro** províncias de **Emigração** interna também nos dois períodos analisados (Zambézia, Tete, Inhambane e Gaza); (iii) **Duas** província que mudou de **Imigração** em 1997 e 2007 para um tendência de **Emigração** entre 2002-2007 (Sofala e **Cidade de Maputo**) (**Figura 7**); (iv) **Uma** província que mudou de **Emigração** em 1997 e 2007 para **Imigração** entre 2002-2007 (Cabo Delgado); e (v) Uma província que mudou **Imigração** em 1997 para **Emigração** em 2007 e no período 2002-2007 (Nampula).



Figura 7. As tendências migratórias na cidade de Maputo e na província de Maputo, em 1997, em 2007 e entre 2002-2007

Migração Interna Acumulada	Imigrantes internos absolutos			Emigrantes internos absolutos			Migração líquida absoluta (saldo migratório)			Tendências		
	Total	H	M	Total	H	M	H	M	Total			
CENSO 1997												
Maputo Província	263 729	50,7%	49,3%	93 312	41,2%	58,8%	95 168	55,8%	75 249	44,2%	170 417	Imigr.
Maputo Cidade	360 858	50,6%	49,4%	156 579	46,8%	53,2%	109 397	53,6%	94 882	46,4%	204 279	Imigr.
Moçambique	1 274 830	51,8%	48,2%	1 274 830	51,8%	48,2%	-	-	-	-	0	-
CENSO 2007												
Maputo Província	453 347	49,4%	50,6%	85 501	41,0%	59,0%	188 908	51,4%	178 938	48,6%	367 846	Imigr.
Maputo Cidade	343 919	49,1%	50,9%	243 108	46,5%	53,5%	55 873	55,4%	44 938	44,6%	100 811	Imigr.
Moçambique	1 549 101	50,9%	49,1%	1 549 101	50,9%	49,1%	-	-	-	-	0	-
Período 2002-2007												
Maputo Província	128 359	-	-	26 357	-	-	-	-	-	-	102 002	Imigr.
Maputo Cidade	60 440	-	-	124 005	-	-	-	-	-	-	-63 565	Emigr.
Moçambique	417 427	-	-	417 427	-	-	-	-	-	-	0	-

Fonte: Elaborado com base em INE 1999 e 2010 *apud* Muanamoha e Raimundo 2018b, pp. 54-57.

Sobre os saldos migratórios entre 2007-2017

Em 2007, Segundo INE e UNFPA (2023, p. 1), o país registou um total de 1.542.855 Migrantes inter-provinciais acumulados. As províncias de **Maputo e Cidade de Maputo** estão no grupo das **quatro** que mais se destacaram em 2007 como de maior Imigração, com respetivamente 29,3% (451.775) e 22,2% (343.153), junto com Sofala e Manica (*op. cit.*, pp. 1,19,21). Entretanto, a **cidade de Maputo** em 2007 também se destacou (com um volume de 15,7%), fazendo parte das **quatro** províncias com “maiores volumes de Emigrantes inter-provinciais acumulados”, junto com Inhambane, Gaza e Zambézia (*op. cit.*, p. 1). Em 2007, é de destacar a elevada Imigração acumulada na **província de Maputo**, com migrantes provenientes maioritariamente da **Cidade de Maputo** (37,2%), Inhambane (26,8%) e Gaza (25%) (*ibidem*). Na **cidade de Maputo**, em 2007, os migrantes eram originários principalmente de Gaza (34,1%), Inhambane (29,1%) e **Maputo** (15,6%) (*ibidem*). Em 2007, a **cidade de Maputo e província de Maputo** faziam parte das **cinco** províncias que tiveram taxas líquidas positivas de migração acumulada, junto com Niassa, Manica e Sofala (*ibidem*). Foi na **província de Maputo** onde se registou a maior taxa positiva (30,4%) (*ibidem*). (**Figura 8**). De 2007



para 2017, a **taxa líquida de migração da província de Maputo reduziu** significativamente de 30,4% em 2007 para 18,2% em 2017, enquanto a da taxa da **cidade de Maputo subiu** drasticamente de 9,2% em 2007 para 20% em 2017 (*op. cit.*, p. 2). (**Figura 8**).

Em 2017, o volume dos migrantes inter-provinciais acumulados do **país** aumentou para 1.578.241 **Migrantes inter-provinciais acumulados** (*op. cit.*, p. 1). A **província de Maputo** e a **cidade de Maputo**, com volumes de imigrantes acumulados de 30,3% (477.967) e 18,9% (297.678) respetivamente, fazem parte das **três** províncias que continuaram a destacar-se em 2017 na concentração destes volumes, junto com Sofala (*op. cit.*, pp. 1,20,21). Em 2017, a **Imigração acumulada**, na **província de Maputo** e na **cidade de Maputo**, continuou sendo a mais elevada, pois na **província de Maputo** “continuaram dominantes” as migrações provenientes de Inhambane (34,7%), Gaza (28,4%) e **Cidade de Maputo** (15,3%), enquanto na **cidade de Maputo**, “continuaram dominantes” os imigrantes acumulados vindos de Gaza (28,9%), Inhambane (26,1%) e **província de Maputo** (17,8%) (*op. cit.*, p. 1). (**Figura 8**).

Com relação ao **período que antecede o censo de 2007**, as análises de **1 ano**, nomeadamente nos períodos 2006-2007 e 2002-2007, dão conta que foi registado um volume total de 216.666 e 415.232 migrantes inter-provinciais respetivamente (*op. cit.*, pp. 2,31). Nestes mesmos períodos (2006-2007 e 2002-2007), apenas as províncias de **Maputo**, Manica e Cabo Delgado obtiveram taxas líquidas de migração positivas, onde a **província de Maputo** alcançou 3,7% e 8,4% respetivamente (*op. cit.*, pp. 2-3,31). Ao contrário, a **cidade de Maputo**, obteve em 2006-2007 e 2002-2007 taxas negativas de -3,6% e 5,8% respetivamente, tal como outras províncias com taxas negativas (Inhambane e Gaza) (*op. cit.*). O índice de eficácia migratória (**IEM**) para o quinquénio 2002-2007 indica a província de **Maputo** e as de Manica e Cabo Delgado como “áreas de **retenção migratória**”, enquanto a **cidade de Maputo** e as províncias de Gaza, Zambézia, Sofala e Nampula foram “áreas de **perda migratória**” (*op. cit.*, p. 3).

Quanto ao **período que antecede o censo de 2017**, a análise de **1 ano** referente a 2016-2017, dá conta que foi registado um volume total de 49.349 migrantes, portanto “cerca de quatro vezes menor do que o observado no período 2006-2007”, o que demonstra “uma redução considerável dos fluxos migratórios inter-provinciais no censo de 2017” (*op. cit.*, pp. 2,33). Também no período que antecede o censo de 2017, as análises de **5 anos**, nomeadamente 2012-2017, considerando a “data fixa de 5 anos



anteriores ao Censo Demográfico de 2017”, dão conta de um total de 362.477 migrantes, volume este “relativamente menor, em cerca de 13%, do que o observado no quinquénio 2002-2007” (*ibidem*). As análises nas **duas datas fixas**, nomeadamente 2016-2017 (**1 ano**) e 2012-2017 (5 anos), indicam que a **provincia de Maputo**, a **cidade de Maputo** e Zambézia, são as que “lideraram os volumes de Imigração inter-provincial”. No caso da Emigração inter-provincial nas mesmas datas fixas de 2016-2017 e 2012-2017, destacaram-se a **provincia de Maputo**, a **cidade de Maputo** e as provincias de Zambézia e Inhambane, “na liderança dos volumes de emigração”. Nota-se assim, que a **cidade de Maputo**, e ainda a provincia da Zambézia, se destacaram nas datas fixas de 2016-2017 e 2012-2017, seja pelos elevados volumes imigração, seja de emigração (*op. cit.*). A **provincia de Maputo**, a **cidade de Maputo**, juntam-se a Sofala, Manica e Cabo Delgado, como provincias de Imigração, onde os “volumes de imigrantes superaram os de emigrantes”, enquanto a **cidade de Maputo** e ainda Gaza, Inhambane, Sofala, Tete e Zambézia, destacaram-se “como provincias de Emigração”, pois “os emigrantes superaram os imigrantes” (*ibidem*). (**Figura 8**). Nos períodos 2016-2017 e 2012-2017, cinco provincias tiveram taxas líquidas de migração positivas, apesar de “muito mais reduzidas do que as observadas no censo de 2007” (*op. cit.*, pp. 3,33), destacando-se novamente a **provincia de Maputo**, com 0,5% e 4% respetivamente, seguida pela **cidade de Maputo**, com 0,2% e 1,3% (*op. cit.*, pp. 3,33). O índice de eficácia migratória (**IEM**) para 2012-2017, indica novamente a **provincia de Maputo** e as de Manica e Cabo Delgado como “áreas de **retenção migratória**”, as mesmas de 2002-2007, e ainda a junção da **cidade de Maputo** e da provincia do Niassa também como “áreas de **retenção migratória**” (*op. cit.*, p. 3).



Figura 8. As tendências migratórias na cidade de Maputo e na província de Maputo, em 1997, em 2007 e entre 2002-2007

Migração Interna Acumulada	Imigrantes internos absolutos		Emigrantes internos absolutos		População = Saldo Migratório / Taxa Líquida de Migração	Migração líquida absoluta (Saldo Migratório - SM)	Taxa Líquida de Migração (SM / População)	Tendências
	Total	% do total do país	Total	% do total do país				
CENSO 2007								
Maputo Província (37,2% proveniente de cidade de Maputo, 26,8% de Inhambane, 25% de Gaza).	451 775	29,3%	85 296	5,5%	1 205 553	366 479	30,4%	Imigr.
Maputo Cidade (34,1% proveniente de Gaza, 29,1% de Inhambane, 15,6% da província de Maputo).	343 153	22,2%	242 329	15,7%	1 094 628	100 824	9,2%	Imigr.
Moçambique	1 542 855	51,5%	1 542 855	21,2%	Fonte: INE/UNFPA 2023, pp. 95,21; INE2007 s.d.-a; INE2007 s.d.-b	Fonte: INE e UNFPA 2023, p. 21		-
CENSO 2017								
Maputo Província (34,7% proveniente de Inhambane, 28,4% de Gaza, 15,3% da cidade de Maputo).	477 967	30,3%	130 287	8,3%	1 908 078	347 680	18,2%	Imigr.
Maputo Cidade (28,9% proveniente de Gaza, 26,1% de Inhambane, 17,8% da província de Maputo).	297 678	18,9%	81 492	5,2%	1 080 277	216 186	20,0%	Imigr.
Moçambique	1 578 241	49,1%	1 578 241	13,4%	Fonte: INE/UNFPA 2023, pp. 95,21; INE 2019d, quadro 67	Fonte: INE e UNFPA 2023, p. 21		-
Período 2006-2007								
Maputo Província	60 975	28,1%	16 294	7,5%	1 205 553	44 681	3,7%	Imigr.
Maputo Cidade	26 118	12,1%	65 321	30,1%	1 094 628	-39 203	-3,6%	Emigr.
Moçambique	216 666	40,2%	216 666	37,7%	Fonte: INE/UNFPA 2023, pp. 95,21; INE2007 s.d.-a; INE2007 s.d.-b	Fonte: INE e UNFPA 2023, p. 31		-
Período 2002-2007								
Maputo Província	127 701	30,8%	26 233	6,3%	1 205 553	101 468	8,4%	Imigr.
Maputo Cidade	60 233	14,5%	123 343	29,7%	1 094 628	-63 110	-5,8%	Emigr.
Moçambique	415 232	45,3%	415 232	36,0%	Fonte: INE/UNFPA 2023, pp. 95,21; INE2007 s.d.-a; INE2007 s.d.-b	Fonte: INE e UNFPA 2023, p. 31		-
Período 2016-2017								
Maputo Província	15 845	32,1%	6 625	13,4%	1 908 078	9 220	0,5%	Imigr.
Maputo Cidade	8 385	17,0%	6 213	12,6%	1 080 277	2 172	0,2%	Imigr.
Moçambique	49 349	49,1%	49 349	26,0%	Fonte: INE/UNFPA 2023, pp. 95,21; INE 2019d, quadro 67	Fonte: INE e UNFPA 2023, p. 33		-
Período 2012-2017								
Maputo Província	114 861	31,7%	38 649	10,7%	1 908 078	76 212	4,0%	Imigr.
Maputo Cidade	54 468	15,0%	40 794	11,3%	1 080 277	13 674	1,3%	Imigr.
Moçambique	362 477	46,7%	362 477	21,9%	Fonte: INE/UNFPA 2023, pp. 95,21; INE 2019d, quadro 67	Fonte: INE e UNFPA 2023, p. 33		-

Fonte: Elaborado com base em INE e UNFPA 2023, INE2007 s.d.-a, INE2007 s.d.-b e INE 2019d.

Nota: Em INE e UNFPA (2023, p. 95) a população está expressa apenas para cidades e não províncias; no entanto, os dados coincidem com outras fontes.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

No contexto da informalidade, sustentabilidade e resiliência

Resta à cidade de Maputo agir de forma reativa no ordenamento do território, para criar sustentabilidade e se antecipar aos problemas agravados de resiliência. Para os territórios adjacentes, onde se destaca Matola e Catembe, bem como os distritos de Boane e Marracuene, estes devem aprender a partir das lições de Maputo, e espera-se uma ação proactiva no ordenamento do território, para se anteciparem à informalidade e melhor se prepararem para a resiliência. Assim, com vista a “não deixar ninguém para trás” (UNSSC, 2015), pode-se concluir que permanece a necessidade de resolver problemas nas diversas dimensões da sustentabilidade, nomeadamente: a **ecológica**; a **ambiental**; a **territorial** ou **espacial**; a **social**; a **económica**; a **cultural**; e a **política** (SACHS, 1993 e 2002 todos *apud* ANDRADE, 2014). Entretanto, a criação dessa sustentabilidade depende não só da **forma como lidamos** para desacelerar a destruição **os recursos naturais** (ALVES e LOTOSKI, 2018; BINSWANGER, 1999 in ADAM, 2001), mas também do esforço para “**minimizar os impactos negativos provocados pelo homem**” (SILVA, 2020, p. 28). É necessário também maior esforço em ‘conhecer, prever e mitigar os impactos ambientais’ (ADAM, 2001, p. 42), bem como “proporcionar a **integridade do urbano para a duração das cidades**” (ANDRADE, 2014, p. 72). Por isso, é necessário não ocupar **áreas sensíveis** (e.g. CMM-PEUMM, 2008a), bem como a **estrutura ecológica em geral** (*op. cit.*), e ainda mais atenção à mobilidade, drenagem urbana, governança, segurança e construções sustentáveis (PASTORELLI JUNIOR, 2018). Essa sustentabilidade é então a condição para criação de capacidade e habilidade para resiliência nas cidades (PASTORELLI JUNIOR, 2018; UN-HABITAT e EC, 2019; FARIAS, 2017). Os recorrentes episódios de danos diversos causados por chuvas intensas, são uma razão inquestionável para a prioridade em criar resiliência focada em **desastres**, na ‘**infraestrutura urbana**’ e nas ‘**instituições urbanas**’ (JHA *et al.*, 2013 p. 11; CARVALHO e COSTA, 2015, p. 23), bem como na ‘**economia**’ (*ibidem*), através de “ações de mitigação que colaboram com a proteção” (MILETI, 1999 in PASTORELLI JUNIOR, 2018, p. 54) e “esforços para a mitigação de desastres” (MALALGODA, AMARATUNGA e HAIGH, 2013 in *op. cit.*,

p. 54). Isso permitirá “uma melhor proteção futura” e ainda “melhorar as medidas de redução de riscos” (UNISDR, 2004 *apud op. cit.*, p. 54).

Por outro lado, com a criação de sustentabilidade, cria-se também um ambiente favorável para a integração, inclusão, equidade, competitividade e equilíbrio ambiental, factores que irão também garantir resiliência (TRINDADE, 2022), onde a sustentabilidade e a resiliência se mesclam quando “a **cidade resiliente** corresponde a uma rede **sustentável** de sistemas físicos e de comunidades humanas”, resiliência essa focada prioritariamente na “adaptação e redução da vulnerabilidade”, onde a adaptação é “principalmente relacionada à adaptação urbana às mudanças climáticas” (PASTORELLI JUNIOR, 2018, pp. 48,49,50).

No contexto das principais ações para prover emprego, infraestruturas, equipamentos e serviços

A previsão de infraestruturas também deve ser pensada e dimensionada, pois não adianta prever e preparar as cidades para receber mais gente se sabe de antemão que haverá limitações por exemplo de água, energia eléctrica, combustíveis, mobilidade, etc. (SABOYA, 2010), principalmente serviços de água e saneamento (esgotos) (BERKE *et al.*, 2006, p. 254). Este pressuposto é também defendido por Jacobs (1961 *apud* ACIOLY e DAVIDSON, 1998a, p. 9 e 1998b, p. 3) onde afirma que “*as densidades não podem estar baseadas em abstrações sobre as quantidades de solo urbano que idealisticamente devem ser alocadas para tal-e-tal número de pessoas (...)*”. Assim, INE e UNFPA (2023, p. 8) sugerem que, “dada a incapacidade das áreas urbanas para absorver uma população cada vez mais crescente e prover serviços públicos em quantidade e qualidade”, é necessário “reduzir dos fluxos migratórios rurais-urbanos como forma de alívio à pressão que se faz sentir sobre os limitados serviços e equipamentos urbanos”.

No contexto dos índices urbanísticos e parâmetros de sustentabilidade, para racionalização da terra urbana

Abordar questões relacionadas com a racionalização da terra urbana, significa também discutir a sustentabilidade, principalmente nas suas dimensões **ecológica**, **ambiental** e **territorial** ou **espacial** (SACHS, 1993 e 2002 todos *apud* ANDRADE, 2014). Incrementar densidades é uma opção para a racionalização da terra urbana, com



ganhos na reserva de áreas para acomodar o crescimento populacional. Para tal, é necessário uma adequada combinação entre índices urbanísticos e parâmetros urbanísticos de sustentabilidade, o que nos leva a um planeamento urbano sustentável, através do “desenho” de planos urbanos mais sustentáveis. Os índices urbanísticos podem ser: ‘Afecção’, ‘Ocupação’ e ‘Impermeabilização’, dentre outros (cf. CMM-PEUMM, 2008b, pp.1-3). Os parâmetros de sustentabilidade podem ser: A rede viária traduzida em ‘Kms de estrada por Km²’, a densidade em ‘numero de pessoas por Km²’, a relação habitação/uso económico em ‘percentagem do espaço dos pisos para uso económico’, e ainda ‘a percentagem de quarteirões de função única’, a ‘percentagem de espaço público/verde’ e a ‘percentagem da área dos pisos para habitação baixo custo’ (cf. UN-HABITAT, 2015, p. 1).

REFERÊNCIAS

ACIOLY Jr., Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade Urbana e Gestão Urbana**. 58 p. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 1998b. Disponível livro em: https://claudioacioly.com/sites/default/files/202002/42%201998_Urban%20Density_Draft%20ext%20for%20the%20Book%20by%20Mauad%20Editora_PORT.pdf. Acesso em 03 jul. 2022.

ACIOLY Jr., Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade Urbana: Um instrumento de planeamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 1998a. Disponível livro em: https://books.google.co.mz/books?id=1y3i_R9YzUsC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false. Acesso em 20 jun. 2024.

ADAM, Josiane I. **Gestão ambiental do parque municipal da lagoa do Peri numa perspectiva de desenvolvimento sustentável**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção/Gestão Ambiental. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82003> Acesso em 04 jun. 2024.

ADE. **População por Posto Administrativo 1997 e 2007**. Mapa interativo (Online). Maputo: ADE-Agência Nacional de Desenvolvimento Geo-Espacial, publicado 01 fev. 2016, atualizado 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www.mozgis.gov.mz/portal/apps/sites/#/pagina-inicial-do-portal/datasets/891ece7b576045b19d7b9c27a911eb8b/explore?layer=3&location=-25.949186%2C32.316760%2C10.17> Acesso em 11 mai. 2024.

AGY, Aleia R.; IBRAIMO, Momade. Factores de Migração Rural-Urbana no Sul de Moçambique: Uma Análise de Localidades nos Distritos de Manjacaze e Zavala. In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* (2017). **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas**: Estudos de Caso em Moçambique. 1a edição, pp. 99-116. Maputo: Alcance editores, ago. 2017.

ALEXANDER, Christopher *et al.* **Uma linguagem de padrões: a Pattern Language**. [Uma tradução em Português da obra original “*A Pattern language: towns, Buildings, Construction*” 1st Edition 1977]. 1171p. Porto Alegre: Bookman, 2013. Disponível livro em português 2013 em: <https://vitruvius.com.br/index.php/pesquisa/bookshelf/book/1405> [Versão em inglês 1977



para download em:
https://arl.human.cornell.edu/linked%20docs/Alexander_A_Pattern_Language.pdf [Detalhes da versão inglês 1977 em: https://en.wikipedia.org/wiki/A_Pattern_Language] [Versão de Mehaffy 2020 em: <https://pattern-language.wiki/.../Hauptseite>] ou [Mehaffy 2020 também em: [https://pattern-language.wiki/.../Table_of_Contents_\(NPL\)](https://pattern-language.wiki/.../Table_of_Contents_(NPL))] Acessados em 19 Dez. 2021.

ALVES, Kelly C. Z.; LOTOSKI, Marcos da S. **Ocupação irregular do solo**: estudo de caso numa área do Bairro Vila Nova Matinhos - PR. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Tecnologia em Gestão Imobiliária. Matinhos: Universidade Federal do Paraná, **2018**. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68954?show=full> Acesso em 04 jun. 2024.

ANDRADE, Liza M. S. De. **Conexão dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos: a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem**. Tese de doutoramento em “Projeto e Planejamento Urbano e Regional”, 544 p. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, **2014**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/405194249/2014-LizaMariaSouzadeAndrade-1-pdf> Acesso em 04 mai. 2024.

ANTUNES, Manuel de A. Perspectivas de análise dos dados do 1o recenseamento da população em Moçambique: Para uma reflexão sobre as assimetrias demográficas. Reprodução da comunicação de 1984 apresentada ao 1o seminário sobre “População e Desenvolvimento Rural em Moçambique” promovida pela UEM com apoio da FNUAP e FAO. In: **Colecção “Documentos de trabalho”**, No. 8. Lisboa: Centro de Estudos sobre África, Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, **1985**. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/24167/1/MAA%208-85.pdf> Acesso em 15 mai. 2024.

ARAÚJO, Manuel G. M. de. Cidade de Maputo. Espaços contrastantes: do urbano ao rural. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20 a 26 mar. 2005, Universidade de São Paulo, **2005**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/08.pdf> Acesso em 15 mai. 2024.

ARAÚJO, Manuel G. M. de. **Espaço urbano demograficamente multifacetado**: As cidades de Maputo e da Matola. Comunicação parte duma linha de pesquisa do autor sobre as características geo-sócio-demográficas e os modelos de desenvolvimento urbano em Moçambique. (s.d.). Disponível em: <https://www.studocu.com/row/document/universidade-catolica-de-mocambique/fundamentos-de-teologia-catolica/1853187958-peco-para-ser-fornecida-o-manual-de-fundamentos-de-teologia-catolica/85842512>. Acesso em 15 mai. 2024.

cdxcd

ASFC-AVOCATS SANS FRONTIERS CANADA. **Impacto dos conflitos armados na vida das mulheres e raparigas em Moçambique**: Relatório da pesquisa de campo nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza. Maputo: ISRI & MULEIDE, **2019**. Disponível em: https://mozambique.fes.de/fileadmin/user_upload/PDF_Files/Relatorio_ASF_CEEI_UJC.pdf Acesso em 14 jun. 2024.

ASSIS, Maria C. de. Metodologia do Trabalho Científico. In: FARIA, Evangelina Maria B. de; ALDRIGUE, Ana Cristina S. (Org.). **Linguagens: usos e reflexões**. 3a ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, **2009**. Disponível texto para download em: <https://www.doccity.com/pt/por-maria-cristina-de-assis-metodologia-do-trabalho->



cientifico/4863932/ Acesso em 05 mai. 2023 Ou em: <https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Assis-Methodologia.pdf> Acesso em 03 jun. 2022.

AZARATE, Fátima M.; TRINDADE, Carlos T. G. Impactos da ocupação desordenada em áreas urbanas inundáveis: O Caso de Magoanine B, Município de Maputo, Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, Dossiê temático: Riscos e vulnerabilidades na África Subsaariana, vol. 2, no. 8, pp. 35-70, out.-dez. 2023. Rio de Janeiro: UFRJ, publicado 22 mar. 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/bg/article/view/63360/40381> Acesso em 22 mar. 2024.

BERKE, Philip R., GODSCHALK, David R.; KAISER, Edward J.; RODRIGUEZ, Daniel A. **Urban Land Use Planning**. 5a. ed. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 2006. Disponível em: <https://dokumen.pub/urban-land-use-planning-fifth-edition-5nbsped-0252030796-9780252030796.html> Acesso em 20 mai. 2024.

BLACK, Richard. Environmental Refugees: A Myth or Reality. **New issues in refugee research**, Working paper, No. 34, March 2001. UK: UNHCR. Disponível em: <https://www.unhcr.org/research/working/3ae6a0d00/environmental-refugees-myth-reality-richard-black.html> Acesso em 23 abr. 2024.

BLOISE, Denise M. A importância da metodologia científica na construção da ciência. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 06, Vol. 06, pp. 105-122, jun. 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/metodologia-cientifica> Ou em: <https://doi.org/DOI:10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/metodologia-cientifica> Acesso em 01 Mai. 2022

BORGES, Carlos; FURTADO, Gonçalo; OLIVEIRA, Joana. Metodologias de investigação comuns nas ciências sociais: Possíveis contributos para o conhecimento de sujeitos em planeamento arquitetónico e urbanístico. **A Obra Nasce - revista de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa**, No. 9, pp. 9-26. Porto: Edições UFP, nov. 2015. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/7773/1/A_Obra_Nasce_09-9-26.pdf Acesso em 10 Mai. 2022

BR-PU. **Política de Urbanização**. Resolução No. 31/2024 de 10 de Julho. In: Boletim da República I SÉRIE - Número 133, pp. 2775-2825. Moçambique: Conselho de Ministros, 2024. Disponível em: <https://www.lexlink.eu/conteudo/mocambique/ia-serie/4073753/resolucao-no-312024/20525/por-tema> Acesso em 19 jul. 2024.

CARRILHO, Júlio. Rural Versus Urbano: Vivências, Interações e Permutas. In: J. FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas**: Estudos de Caso em Moçambique. 1a edição, pp. 91-98. Maputo: Alcance editores, ago. 2017.

CARVALHO, Cecília C. de; COSTA, Larissa N. L. A. da. **O papel da resiliência urbana e do metabolismo urbano na questão da redução de risco de desastre**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/17851/1/monopoli10013654.pdf> Acesso em 06 mai. 2024.

CMCM - CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA MATOLA (2010). **Plano de Estrutura Urbana da Cidade da Matola (PEUCM), Volume I - Análise da Situação Actual**. 127 p. O PEUCM de 2010 foi promovido pelo Conselho Municipal da Cidade da Matola com apoio da Cooperação Espanhola (AECID) e elaborado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH) da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico (FAPF) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), mar. 2010. Acesso em 25 jun. 2022.



CMM - CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO. **Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM), Volume I - Análise da Situação Actual.** 246 p. Maputo. O PEUMM de 2008 foi promovido pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo com apoio do Banco Mundial e elaborado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH) da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico (FAPF) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), **2008a.** Acesso em 25 jun. 2022.

CMM - CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO. **Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM), Volume IV - Regulamento.** 42 p. Maputo, set. **2008b.** Acesso em 25 jun. 2022. O PEUMM de 2008 foi promovido pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo com apoio do Banco Mundial e elaborado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH) da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico (FAPF) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

E.U. *et al.* **Applying the Degree of Urbanisation: a methodological manual to define cities, towns and rural areas for international comparisons.** Manual produced by European Union, FAO, UN-Habitat, OECD and The World Bank. Luxembourg: Publications Office of the European Union, **2021.** Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/15348338/KS-02-20-499-EN-N.pdf/0d412b58-046f-750b-0f48-7134f1a3a4c2?t=1669111363941> Acesso em 17 nov. 2023.

EVEN3. Metodologia Científica: guia simplificado para escrever a sua. **Even3 Blog, (s.d.)**. Disponível em: <https://blog.even3.com.br/metodologia-cientifica-como-fazer/> Acesso em 02 Mai. 2022.

ÉVORA, Iolanda. Continuidades e Transformações no Estudo das Migrações. Elementos Para a Análise Crítica das Mobilidades Africanas Contemporâneas. In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas: Estudos de Caso em Moçambique.** 1a edição, pp. 57-68. Maputo: Alcance editores, ago. **2017.**

FAPF - Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico. **Descrição Detalhada do projecto - Estudo para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado da Região de Boane, Moamba e Namaacha.** Programa de Cooperação Itália-Moçambique. Apoio à UEM para a reforma académica, inovação tecnológica e investigação científica. Fundo para a Investigação Aplicada e Multisectorial (FIAM). Programa de Investigação Multisectorial Integrada (PIMI). Maputo: FAPF, UEM, fev. **2018.**

FAPF - Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico. **Projecto de Investigação - Estudo para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado da Região de Boane, Moamba e Namaacha.** Maputo: FAPF, UEM, jul. **2016.**

FARIAS, José A. Resiliência: um bom conceito para o projeto e a reforma urbana? **XVII ENAMPUR,** São Paulo, **2017.** Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/download/2018/1997/> Acesso em 07 jun. 2024.

FARRÉ, Albert. Mobilidades, Recursos e o Político no Meio Rural - Questões em Torno do Conceito de Comunidade Rural em Moçambique. In: J. FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas: Estudos de Caso em Moçambique.** 1a edição, pp. 69-90. Maputo: Alcance editores, ago. **2017.**

FEIJÓ, João. O Efeito Hipnótico da Capital - Desigualdades Sócio-Espaciais e Factores de Atracção de Maputo. In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-**



Urbanas: Estudos de Caso em Moçambique. 1a edição, pp. 117-160. Maputo: Alcance editores, ago. **2017b**.

FEIJÓ, João. Urban Bias: Reflexões Sobre um Crescimento Desigual. In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas:** Estudos de Caso em Moçambique. 1a edição, pp. 149-154. Maputo: Alcance editores, ago. **2017c**.

FEIJÓ, João. Investimentos Económicos, Assimetrias Socio-Espaciais e Movimentos Migratórios. In: FEIJÓ, João; RAIMUNDO, Inês M. (coord.). **Movimentos migratórios para áreas de concentração de grandes projectos.** pp. 17-61. Maputo: PubliFix edições, jan. **2018**. Disponível em: https://omrmz.org/wp-content/uploads/2022/12/Movimentos_migratorios_para_areas_de_con-1.pdf Acesso em 15 mai. 2024.

FEIJÓ, João. Ruralização das Cidades ou Urbanização do Campo? Reflexão Introdutória Sobre Os Movimentos Migratórios Rural-Urbanos. In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas:** Estudos de Caso em Moçambique. 1a edição, pp. 11-16. Maputo: Alcance editores, ago. **2017a**.

FORJAZ, José. Prefácio. In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas:** Estudos de Caso em Moçambique. 1a edição, pp. 5-7. Maputo: Alcance editores, ago. **2017**.

FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João. Dinâmicas da migração e o desenvolvimento da insurgência jihadista no norte de Moçambique. **Desafios para Moçambique**, pp. 37-54. Maputo: IESE, **2017**. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2023/01/art1-sf_jp.pdf Acesso em 14 jun. 2024.

FRANCISCO, António (2017). Transição Demográfica em Moçambique: Mito ou Realidade? In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas:** Estudos de Caso em Moçambique. 1a edição, pp. 17-56. Maputo: Alcance editores, ago. **2017**.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6a. ed. São Paulo: Atlas, **2008**.

HANSINE, Rogers; ARNALDO, Carlos. Natureza demográfica e consequências do crescimento urbano em Moçambique. **Conferência “Desafios para Moçambique: Dez anos pensando no País”,** IESE-Conf2019, Maputo, 19 set. **2019**. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/09/Conf2019_RHansineCArnaldo.pdf Acesso em 15 mai. 2024.

INE; UNFPA. **Migração e Urbanização em Moçambique.** Em colaboração com Canada, UK Aid, Suécia, Embaixada da Noruega e Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento. Maputo: Habesha Media, México & UNFPA Moçambique, jun. **2023**. Disponível em: https://mozambique.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/migracao_-_mario-20-07-23_0.pdf Acesso em 18 mai. 2024.

INE. **Indicadores Sócio-Demográficos, II Recenseamento Geral da População e Habitação, Moçambique, 1997.** Apresentação PPT, CD-ROM do II RGPH 1997, Moçambique, Edição final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, INE multimédia, **1999a**. Localização no CD: [.../CENSO_97/PowerPoint/Exposicao_Censo_97.ppt](#) Acesso em 08 dez. 2023.

INE. **Anuário Estatístico, Maputo Cidade, 2019.** 61 p. Maputo: INE - Delegação de Maputo Cidade, **2019c**. Acesso em 11 mai. 2024.



INE. **Anuário Estatístico, Província de Maputo, 2022.** Maputo: INE, 2022. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/697987366/Anuario-Estatistico-Propincia-de-Maputo-2022> Acesso em 11 mai. 2024.

INE. **Divulgação dos Resultados Preliminares IV RGPH 2017.** 13 quadros, 13 p. Maputo: INE, 2017b. Disponível em: https://www.gaza.gov.mz/por/content/download/7057/51420/file/Apuramento_Preliminar%20IV%20RGPH%202017.pdf Acesso em 11 mai. 2024.

INE. **Divulgação dos Resultados Preliminares IV RGPH 2017.** Maputo: INE, 30 dez. 2017a. Disponível em: [https://www.inhambane.gov.mz/por/content/download/6078/43247/version/1/file/Divulga%C3%A7%C3%A3o+dos+resultados_preliminares+\(002\).pdf](https://www.inhambane.gov.mz/por/content/download/6078/43247/version/1/file/Divulga%C3%A7%C3%A3o+dos+resultados_preliminares+(002).pdf) Acesso em 11 mai. 2024.

INE. **Indicadores Socio-Demográficos - Cidade de Maputo, Tamanho, Estrutura e Crescimento da População, II Recenseamento Geral da População e Habitação.** Ficheiro HTML, CD-ROM do II RGPH 1997, Moçambique, Edição final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, INE multimédia, 1999c-1. Localização no CD: [.../CENSO_97/CensoHTML/11/brochura/11populacao.htm](#) Acesso em 11 mai. 2023.

INE. **Indicadores Socio-Demográficos - Maputo Província, Tamanho, Estrutura e Crescimento da População, II Recenseamento Geral da População e Habitação.** Ficheiro HTML, CD-ROM do II RGPH 1997, Moçambique, Edição final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, INE multimédia, 1999d-1. Localização no CD: [.../CENSO_97/CensoHTML/10/brochura/10populacao.htm](#) Acesso em 11 mai. 2023.

INE. **Indicadores Socio-Demográficos Distritais, Maputo Província, Recenseamento Geral da População e Habitação 2007.** 30 p., jul. 2012. Acesso em 11 mai. 2024.

INE. **Indicadores Socio-Demográficos, Cidade de Maputo, Dados Básicos, II Recenseamento Geral da População e Habitação.** Ficheiro HTML, CD-ROM do II RGPH 1997, Moçambique, Edição final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, INE multimédia, 1999c-2. Localização no CD: [.../CENSO_97/CensoHTML/11/brochura/11dados.htm](#) Acesso em 11 mai. 2024.

INE. **Indicadores Socio-Demográficos, Maputo Cidade, Recenseamento Geral da População e Habitação 2007.** 47 p. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2011a. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/rgph-2007> Acesso em 19 dez. 2021.

INE. **Indicadores Socio-Demográficos, Maputo Província, Dados Básicos, Censo Populacional de 1997, II Recenseamento Geral da População e Habitação.** Ficheiro HTML, CD-ROM do II RGPH 1997, Moçambique, Edição final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, INE multimédia, 1999d-3. Localização no CD: [.../CENSO_97/CensoHTML/10/brochura/10dados.htm](#) Acesso em 11 mai. 2024.

INE. **Indicadores Socio-Demográficos, Maputo Província, Recenseamento Geral da População e Habitação 2007.** 63 p. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2011b. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/rgph-2007> Acesso em 19 dez. 2021.



INE. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017, Resultados Definitivos, Moçambique.** 207 p. mais Anexo - Boletim de Censo. Maputo: INE, Abr. **2019b**. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/censo-2017-brochura-dos-resultados-definitivos-do-iv-rgph-nacional.pdf> Ou em: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/censo-2017-brochura-dos-resultados-definitivos-do-iv-rgph-nacional.pdf/view> Acesso em 11 mai. 2024.

INE. **Projecções anuais da população total, urbana e rural, dos distritos da cidade de Maputo 2007-2040.** Maputo: Instituto Nacional de Estatística, **2010**. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Informacao/Dados-Estatisticos/Projeccoes-da-Populacao> Acesso em 26 mai. 2024.

INE. **Província de Maputo - Quadro 2. População por Idade, segundo Distrito/Cidade, Posto Administrativo, Vila, Localidade, Bairro e Sexo, II Recenseamento Geral da População e Habitação.** Ficheiro HTML, CD-ROM do II RGPH 1997, Moçambique, Edição final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, INE multimédia, **1999d-2**. Localização no CD: .../CENSO_97/CensoHTML/10/quadros/10quadro2.htm Acesso em 11 mai. 2023.

INE. **Quadro 2, População por idade, segundo distritos, postos administrativos, bairros e sexo, Cidade de Maputo, 1997.** Ficheiro HTML, CD-ROM do II RGPH 1997, Moçambique, Edição final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, INE multimédia, **1999c-3**. Localização no CD: .../CENSO_97/CensoHTML/11/quadros/11quadro2.htm Acesso em 11 mai. 2023.

INE. **Quadro 67. População por distrito de nascimento, segundo distrito de residência em 2017 e Sexo. Maputo Província, 2017.** Maputo: INE, **2019d**. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/maputo-provincia/quadro-67-populacao-por-distrito-de-nascimento-segundo-distrito-de-residencia-em-2017-e-sexo-maputo-provincia-2017.xlsx/view> Acesso em 11 mar. 2022.

INE. **Resultados Definitivos. Censo 2017 - IV Recenseamento Geral da População e Habitação.** Apresentação “Cerimónia Central, 29 de Abril de 2019, Maputo”. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, **2019a**. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/apresentacao-resultados-do-censo-2017-1> Acesso em 11 mar. 2022.

INE. **Resultados Preliminares, IV RGPH 2017.** 11 p. Maputo: INE, 30 dez. **2017c**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/386702238/Apresentacao-de-Resultados-Preliminares> Acesso em 11 mai. 2024.

INE2007. **População Total, 2007, Maputo Cidade, Recenseamento Geral da População e Habitação 2007.** (s.d.-a). Acesso em 11 mai. 2024.

INE2007. **População Urbana e Rural por Sexo, Segundo Idade e Província, 2007, Maputo Província, Recenseamento Geral da População e Habitação 2007.** (s.d.-b). Acesso em 11 mai. 2024.

JHA, Abhas K.; MINER, Todd W.; STANTON-GEDDES, Zuzana (Editor). **Building Urban Resilience: Principles, Tools, and Practice.** Washington DC: World Bank and AusAID, **2013**. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/320741468036883799/pdf/Building-urban-resilience-principles-tools-and-practice.pdf> Acesso em 06 mai. 2024.

JORGE, Sílvia; TIQUE, João. Fundo para o Fomento à Habitação de quem? Análise do seu impacto a partir do caso da Área Metropolitana de Maputo, Moçambique. **Cidades,**



Comunidades e Territórios, No. 41, pp. 209-222, dez. 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cidades/3082> Acesso em 20 mai. 2024.

MAEFP - Ministério da Administração Estatal e Função Pública. **Termos de Referência**. Fórum Urbano Nacional, Cidade de Maputo, 12-13 de outubro de 2016.

MAEFP; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por Ocasão da Abertura do 2o Fórum Urbano Nacional**. Cidade de Maputo, 31 de março de 2022. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.mz/por/Media/Files/1-a-Discurso-2-Forum-Urbano-1004022> Acesso em 10 abr. 2024.

MAEFP; UN-HABITAT; GIZ; WB. **Workshop com o intuito de propor e harmonizar os critérios de definição do urbano em Moçambique, seus indicadores e metodologia de classificação**. Programa do workshop organizado pelo o Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP), conjuntamente com o UN-Habitat, a GIZ, e o Banco Mundial no âmbito do Projecto de Desenvolvimento Urbano Local, Maputo, Centro de Conferências Internacional Joaquim Chissano, 03 nov. 2023.

MAEFP; UN-HABITAT; INE; ADE; ANAMM. **Workshop técnico sobre disseminação e apropriação do Quadro Global de Monitoria Urbana, do Modelo de Observatórios Urbanos e da Metodologia DEGURBA**. Programa do workshop organizado conjuntamente com o Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP), o INE (Instituto Nacional de Estatística), a ADE (Agência Nacional de Desenvolvimento Geo-Espacial) e a ANAMM (Associação Nacional dos Municípios de Moçambique), Maputo, Montebello Indy Village, 17 abr. 2024.

MAEFP; UN-HABITAT. Declaração Final do II Fórum Urbano Nacional FUN 2022. **II Fórum Urbano Nacional de Moçambique “Urbanização, uma prioridade para o Desenvolvimento Sustentável”**, Maputo, Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, 31 de mar. e 1 de abr. 2022c.

MAEFP; UN-HABITAT. **II Fórum Urbano Nacional em Moçambique, 31 de março e 1 de abril 2022, Maputo**: Relatório preliminar. Apresentado ao Governo e à 1a Sessão do Conselho Directivo para a elaboração da Política Nacional de Urbanização, 10 mar. 2023, Maputo, Centro de Conferências Joaquim Chissano. Versão jun. 2022b.

MAEFP; UN-HABITAT. **Termos de Referência. IIº Fórum Urbano Nacional 2022**. Maputo. 2022a.

MAEFP. **Termos de Referência. Processo de Elaboração da Política Nacional de Urbanização**: Consulta Regional da Região Norte. Com suporte técnico de UN-Habitat, 2023.

MATE, Alexandre (Coord.); LOFORTE, Ana; LIHAHE, Danúbio; SAMBO, Vitorino; MACHAVA, Adérito; TRINDADE, Carlos T. G.. **Estudo Sócio-Antropológico Sobre Reassentamento Pós-Cheias no Vale do Zambeze**: Tete, Manica, Sofala e Zambézia. Elaborado pelo Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane para PNUD, 2008.

MELO, Vanessa. Portuguese urbanism in the city of Maputo: past, present and future. **Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana**, pp. 71-88, jun. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262747643_Portuguese_urbanism_in_the_city_of_Maputo_past_present_and_future Ou em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-4-Centro-urbanizado-e-evolucao-das-areas-semiurbanizadas-de-Maputo-Legenda-A_fig3_262747643 Acesso em 20 mai. 2024.



MIQUIDADE, Amade A. **Morfologia Urbana da Matola: Tendências de Crescimento da Cidade.** Dissertação de Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, 2o. Ciclo de Estudos. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, **2018**. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/117669/2/303248.pdf> Acesso em 11 mai. 2024.

MONTEDORO, Laura.; BUOLI, Alice; FRIGERIO, Alessandro. **Towards a metropolitan vision for the Maputo province.** An agenda for an integrated and sustainable territorial development in the South of Mozambique. Maggioli, Santarcangelo di Romagna, **2020**. Disponível em: <https://www.academia.edu/45555259> Acesso em 26 set. 2023.

MONTEDORO, Laura.; BUOLI, Alice; FRIGERIO, Alessandro (eds.). **Territorial Development and Water-Energy-Food Nexus in the Global South: A study for the Maputo Province, Mozambique.** Research for Development Book Series, 1a. ed. Switzerland: Springer Nature. **2022**. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-96538-9> ou <https://doi.org/10.1007/978-3-030-96538-9> Acesso em 26 set. 2023.

MOSCA, João. Prefácio. In: FEIJÓ, João; RAIMUNDO, Inês M. (coord.). **Movimentos migratórios para áreas de concentração de grandes projectos.** pp. 5-6. Maputo: PubliFix edições, jan. **2018**. Disponível em: https://omrmz.org/wp-content/uploads/2022/12/Movimentos_migratorios_para_areas_de_con-1.pdf Acesso em 15 mai. 2024.

MUANAMOHA, Ramos C.; RAIMUNDO, Inês M. Cartografia da migração interna em Moçambique entre 1997 e 2007. **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 26, No. 54, pp. 31-59. Brasília, dez. **2018b**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/BC8pJ5KCWvhdJJvrmGFJhgB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 05 dez. 2021.

MUANAMOHA, Ramos C.; RAIMUNDO, Inês M. Migrações Campo-Cidade e Integração no Meio Urbano. In: FEIJÓ, João; RAIMUNDO, Inês M. (coord.). **Movimentos migratórios para áreas de concentração de grandes projectos.** pp. 63-84. Maputo: PubliFix edições, jan. **2018a**. Disponível em: https://omrmz.org/wp-content/uploads/2022/12/Movimentos_migratorios_para_areas_de_con-1.pdf Acesso em 15 mai. 2024.

PASTORELLI JUNIOR, José H. **Estudo da sustentabilidade e resiliência urbana no contexto da redução de risco de desastres.** Dissertação de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Engenharia Civil, na área de Recursos Hídricos, Energéticos e Ambientais. Universidade Estadual de Campinas (UNI-CAMP): Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, **2018**. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296894695.pdf> Acesso em 04 mai. 2024.

RAIMUNDO, Inês M. O ciclo vicioso de deslocamentos forçados e a formação de espaços incompletos em Moçambique. **Geo UERJ**, n. 37, e53912. Rio de Janeiro: UERJ, 2020. Disponível em DOI: 10.12957/geouerj.2020.53912 Ou em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/download/53912/34786/185232> Acesso em 15 jun. 2024.

RAPOSO, Isabel. Das aldeias comunais aos grandes projectos territoriais: Forjando uma Sociedade Urbana em Moçambique? In: FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas: Estudos de Caso em Moçambique.** 1a edição, pp. 179-214. Maputo: Alcance editores, ago. **2017**.



SABOYA, Renato. As armadilhas da definição do zoneamento e das densidades populacionais urbanas. **Urbanidades - Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores**, 22 fev. 2010. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2010/02/as-armadilhas-da-definicao-do-zoneamento-e-densidades-urbanas/> Acesso em 23 abr. 2024.

SAEVFORS, Ingemar. **Maxaquene: a comprehensive account of the first urban upgrading experience in the new Mozambique**. UNESCO: Human settlements and socio-cultural environments, mar. 1986. Disponível em: <https://www.saevfors.se/Maxaquene1986.pdf> Ou em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7908044/mod_folder/content/0/SAEVFORS_%20MAxaquene.pdf?forcedownload=1 Acesso em 09 mai. 2024.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Maria del P. B. Definições dos enfoques quantitativo e qualitativo, suas semelhanças e diferenças. pp. 28-48. In: Sampieri, R.H.; Collado, C.F.; Lucio, M. del P.B. **Metodologia de Pesquisa**. 5a. ed. Porto Alegre, RS: Editora Penso, 2013. Disponível capítulo em: https://kupdf.net/download/235555757-167247024-livro-metodologia-da-pesquisa-enfoques-quantitativo-e-qualitativo-cap-01pdf_5bdb5b5be2b6f5520a916ca0_pdf# Ou livro em: <https://pt.scribd.com/document/489757466/metodologia-pesquisa-Roberto-Sampieri-Carlos-Collado-Maria-Lucio-2013> Acesso em 04 Mai. 2022.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. Versão electrónica publicada no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C3%A1_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf Acesso em 10 Mai. 2022.

SILVA, Jacqueline da. A gestão sustentável como ferramenta para o desenvolvimento das sociedades. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ano 05, ed. 08, vol. 01, pp. 25-33, ago. 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/gestao> Acesso em 04 mai. 2024.

STACCIARINI, João H. S.; CHAVEIRO, Eguimar F.; AZEVEDO, Helsio A. M. de A. Maputo, a cidade dividida: fragmentação e (re)qualificação. **Revista “Sociedade & Natureza”**, v. 35, e65951, ISSN 1982-4513. Uberlândia, MG, publicado 29 nov. 2022. DOI: 10.14393/SN-v35-2023-65951 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/SdwWJVkdSBPFsrFCGdYrPvL/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15 mai. 2024.

TIQUE, João T. A Densificação dos Bairros Periféricos de Maputo. In: J. FEIJÓ, J. (ed.) *et al.* **Movimentos Migratórios e Relações Rural-Urbanas: Estudos de Caso em Moçambique**. 1a edição, pp. 168-178. Maputo: Alcance editores, ago. 2017.

TRINDADE, Carlos T. G.; CANI, Anselmo L. (coords.). **Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais**. Volume I - Análise da Situação, Cidades de Maputo, Nacala e Manica & Volume II - Proposta de Estratégias de Intervenção. Promovido por MICOA/DINAPOT com financiamento de UN-Habitat e elaborado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH). Equipa: J. Forjaz, J. Carrilho, L. Laje, A. Mazembe, E. Nhachungue, L. Battino, M. Costa, A. Cani, C. Trindade. Maputo: UEM, FAPF, CEDH, 2006a.

TRINDADE, Carlos T. G.; CANI, Anselmo L. (coords.). **Mozambique report: cities without slums, analysis of the situation & proposal of intervention strategies**. Promoted by MICOA/DINAPOT with funding from UN-Habitat and prepared by Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH). Team: J. Forjaz, J. Carrilho, L. Laje, A. Mazembe, E.



Nhachungue, L. Battino, M. Costa, A. Cani, C. Trindade. Maputo: UEM, FAPF, CEDH, **2006b**. Disponível em: https://sarprn.org/documents/d0002452/Mozambique_cities_slums_2006.pdf Acesso em 14 dez 2021.

TRINDADE, Carlos T. G. Assentamentos Informais exigem planos menos caros. p. 10. Maputo: **Jornal “O País”**, Sexta-feira 14 de Outubro de **2016b**. Disponível em: Autor.
TRINDADE, Carlos T. G. Plotting and Private Development. Apresentação ao **Experts Group Meeting (EGM) “Planning City Extensions: Public and Private Space for Expanding Cities”**, Barcelona, 16-18 September **2013**. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/documents/2019-06/planning_city_extensions_public_and_private_space_for_expanding_cities.pdf Acesso em 21 jun. 2024.

TRINDADE, Carlos T. G. Rápido Crescimento Urbano e Informalidade: uma reflexão sobre sustentabilidade no crescimento urbano e urbanização em Moçambique - uma discussão actual e necessária sobre integração e inclusão, equidade e competitividade, ambiente e resiliência. Apresentação ao **2º Fórum Urbano Nacional**, Maputo, 31 de março e 1 de abril **2022**. Disponível em: <https://www.facebook.com/unhabitatmocambique/videos/3197096007212419/> [Ver também: <https://www.facebook.com/FUNmozambique/>] [e também: <https://unhabitat.org/news/12-apr-2022/mozambique-national-urban-forum-build-consensus-on-strategic-principles-for-the->] Acesso em 24 dez. 2022.

TRINDADE, Carlos T. G. Slide 1: Assentamentos Informais em Moçambique; Slide 2: Rápido Crescimento Urbano em Moçambique. Apresentação ao **1º Fórum Urbano Nacional** em Moçambique, Maputo, 12-13 de outubro **2016a**. Disponível em: Autor. [Ver fotos do Fórum em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1493959947287745&type=3>] Acesso em 24 dez. 2022.

TRINDADE, Carlos T. G.; MACUCULE, Domingos A.; TIQUE, João T. Integrated Multisectoral Research Programme (PIMI). Origins, Trajectories and Horizons. In: Montedoro, L.; Buoli, A.; Frigerio, A. (eds). **Territorial Development and Water-Energy-Food Nexus in the Global South: A study for the Maputo Province, Mozambique**. Research for Development Book Series, 1a. ed, cap. 4, pp. 59-79, Switzerland: Springer Nature, 19 set. **2022**. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-96538-9_5 Ou https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-96538-9_5 Acesso em 12 out. 2022.

UN-HABITAT; AJUNTAMENT BARCELONA. **Communiqué - Planning Cities Extensions - Public and Private Space for Expanding Cities**: Adopting progressive and equitable basic urban extension plans for growing cities in developing countries. [hardcopy] Barcelona, 18 Sep. **2013b**. Acesso em 18 set. 2013. Disponível [online] em: https://unhabitat.org/sites/default/files/documents/2019-06/planning_city_extensions_public_and_private_space_for_expanding_cities.pdf Acesso em 20 dez. 2022.

UN-HABITAT; AJUNTAMENT BARCELONA. **Concept Note - Expert Group Meeting on Planning City Extensions**: Public and private space for expanding cities. 16-18 Sep. 2013, Barcelona. Versão de 28 jul. **2013**. Acesso em 17 abr. 2022.

UN-HABITAT; AJUNTAMENT BARCELONA. **Planning City Extensions: Public and Private Space for Expanding Cities**. **Global Experts Group Meeting**, 16-18 Sep. 2013, Barcelona. **2013a**. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/documents/2019-06/planning_city_extensions_public_and_private_space_for_expanding_cities.pdf Acesso em 20 dez. 2022.



UN-HABITAT; EC-EUROPEAN COMMISSION. **Recomendações de Acções para a Resiliência e a Sustentabilidade, Maputo.** Sumário Executivo. ONU-Habitat: Programa Global de Resiliência Urbana, mar. **2019**. Disponível em: <https://urbanresiliencehub.org/wp-content/uploads/2020/06/PT-Executive-Summary-Recommendations-of-Actions-for-Resilience-and-Sustainability-Maputo-Online.pdf> Acesso em 07 jun. 2024.

UN-HABITAT. **A new strategy of sustainable neighbourhood planning:** Five Principles. Discussion Note 3, Urban Planning. Nairobi, Kenya: Urban Planning and Design Branch, **2015**. Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/A%20New%20Strategy%20of%20Sustainable%20Neighbourhood%20Planning%20Five%20principles.pdf>] Acesso em 25 jun. 2022.

UN-HABITAT. **Foi aprovado, no dia 10 de Março de 2023, o relatório final do II Fórum Urbano Nacional.** Online. Maputo, 13 mar. **2023**. Disponível em: https://web.facebook.com/story.php?story_fbid=1793097861073513&id=385122185204428&mbextid=xfxF2i&rdid=kbvqsNAFWI0vWXjn Acesso em 29 mai. 2024.

UN-HABITAT. **Planned city extensions:** Key tools for sustainable urban development. Discussion Note 1, Urban planning. Nairobi, Kenya: Urban Planning and Design Branch, Sep. **2014b** (see date end of document). Disponível em: http://unhabitat.org.ph/wp-content/uploads/2016/02/discussion_note_1_-_urban_planning_for_growing_cities_key_tools_for_sustainable_urban_development.pdf Acesso em 14 dez. 2021.

UNITED NATIONS-HABITAT III. **New Urban Agenda - H III.** English Version, **2017**. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-English.pdf> Ou em: <https://habitat3.org> Acesso em 31 dez. 2022.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects 2015 - Data Booklet.** New York: Department of Economic and Social Affairs, Population Division (ST/ESA/SER.A/377), **2015a**. Disponível em: https://population.un.org/wpp/publications/Files/WPP2015_DataBooklet.pdf Acesso em 03 nov. 2023.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects 2015 - Volume I: Comprehensive Tables.** New York: Department of Economic and Social Affairs, Population Division (ST/ESA/SER.A/379), **2015b**. Disponível em: https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2015_Volume-I_Comprehensive-Tables.pdf Acesso em 03 nov. 2023.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects 2019: Data Booklet.** New York: UN, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. (ST/ESA/SER.A/424), **2019a**. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/files/documents/2020/Feb/un_2019_wpp_databooklet.pdf Acesso em 03 nov. 2023.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects 2019: Highlights.** New York: UN, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. (ST/ESA/SER.A/423), **2019b**. Disponível em: https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf Acesso em 03 nov. 2023.



UNSSC-United Nations System Staff College. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Tradução para português por Unyá Dias e Adib Hobeica. Germany: Knowledge Centre for Sustainable Development, 2015. Disponível em: https://www.unssc.org/sites/default/files/portuguese_2030_agenda_for_sustainable_development_-_kcsd_primer.pdf Acesso em 16 jun. 2024.

WORLD BANK. **Grande Maputo: Pobreza Urbana e Crescimento Inclusivo**. Relatório No. ACS22437. WB: GSU13 AFRICA, jun. 2017. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/ru/948781525419459387/pdf/Greater-Maputo-urban-poverty-and-inclusive-growth.pdf> Acesso em 12 mar. 2022.

ZANELLA, Liane C. H. **Metodologia de Pesquisa**. 2a. edição reimpressa. Universidade Federal de Santa Catarina, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Departamento de Ensino de Graduação a Distância, Centro Socioeconômico, Departamento de Ciências da Administração, 2013. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf Acesso em 02 mai. 2022.

ZELEZA, Paul T. The Challenges of Studying the African Diasporas. **African Sociological Review** (Revue Africaine de Sociologie), Vol. 12, No. 2, pp. 4-21. 2008. DOI: 10.4314/asr.v12i2.49831 Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/asr/article/view/49831> Ou em: <http://www.jstor.org/stable/24487603> Acesso em 05 nov. 2023.